



FACULDADE
**SANTÍSSIMO
SACRAMENTO**
ALAGOINHAS - BA

CIENTÍSSIMO

Contemporaneidade e seus aspectos sociais, econômicos, educacionais, ambientais, culturais e políticos

**Jeane Denise de Souza Menezes
Lúcia Maria Sá Barreto de Freitas
Fabricio Santos de Faro
(organizadores)**

Cientíssimo

Cientíssimo

**Contemporaneidade e seus aspectos
sociais, econômicos, ambientais,
educacionais, culturais e políticos**

Faculdade Santíssimo Sacramento

Diretora Executiva Lúcia Maria Sá Barreto de Freitas

Diretor Acadêmico Fabrício Santos de Faro

Editora Chefe Jeane Denise de Souza Menezes

Conselho editorial Marcio Vila Flor
Adeildo Moacir Costa Magalhães
Moacir Lira de Oliveira
Manoel Messias S. de Oliveira
Edvam de Souza Santos
Edlam de Souza Santos
Leandro Carvalho Sanson
Fabrício Santos de Faro

Comitê Científico Claudia Cerqueira da Graça
Áurea da Silva Pereira
Gabriela Viana Ferreira

Secretária Executiva Gilmara da Glória Sá Barreto

Projeto gráfico e diagramação Jeane Denise de Souza Menezes

capa Adenilson José Ribeiro Junior

FICHA CATALOGRÁFICA

C569 Cientíssimo: contemporaneidade e seus aspectos, sociais, econômicos, educacionais, ambientais, culturais e políticos / Organizadores: Jeane Denise de S. Menezes, Lúcia M^a Sá Barreto de Freitas, Fabrício S. de Faro. – Alagoinhas: Faculdade SS Sacramento, 2022.
99p.

E-book disponível em: <http://fssacramento.br/ebook/cientissimo.pdf>

ISBN: 978-65-997645-0-9

Semestral

1. Pesquisa científica I. Menezes, Jeane Denise de Souza (org)
II. Freitas, Lúcia M^a Sá Barreto de (org) III. Faro, Fabrício Santos (org)
IV. Faculdade SS Sacramento V. Título.

CDU: 001.2

Agradecimentos

Aos autores que se disponibilizaram a participar dessa obra, à Faculdade Santíssimo Sacramento que proporcionou a materialização desse projeto de divulgação científica e ao grupo do TI pelo suporte tecnológico.

Apresentação

O e-book CIENTÍSSIMO é uma coletânea de periodicidade semestral que tem como objetivo realizar a publicação dos estudos desenvolvidos por pesquisadores, professores, pós-graduandos e graduandos desta Instituição e demais Instituições parceiras.

Cada um dos autores é responsável por suas respectivas publicações, incluindo a correção ortográfica, conteúdos e autenticidade, eximindo a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL MARIA EMÍLIA de qualquer responsabilidade pelas informações e opiniões contidas no mesmo.

Nessa primeira coletânea intitulada “Contemporaneidade e seus aspectos sociais, econômicos, ambientais, educacionais, culturais e políticos” apresenta cinco artigos:

No capítulo 1, o trabalho “A utilização da metodologia de produção mais limpa em uma indústria de torrefação de café de pequeno porte”, de autoria do discente do curso de Engenharia de Produção Jhonatas Novais Silva, do discente Lucas Castro Campos Bacharel em Psicologia e da Dra. Jeane Denise de Souza Menezes, relata os benefícios da utilização da metodologia de “Produção Mais Limpa” (P+L) em uma indústria de torra de café localizada no sudoeste da Bahia.

No capítulo 2, o artigo elaborado por Gabriela Rego e Uriel Celestino ambos discentes do curso de Bacharelado em Psicologia, orientados pela docente Msc Samai Alcira Cunha, aborda as concepções da dominação masculina, a construção e instituição da masculinidade, e a supressão dos sentimentos masculinos estimulando uma postura tóxica, através do trabalho intitulado “Como a masculinidade tóxica impacta na saúde mental do homem”.

Posteriormente, no capítulo 3, o artigo elaborado pelos discentes do curso de Psicologia Ariadine Eluane Oliveira Costa e Nívea Maria Afonso Oliveira e orientados pelo professor Msc Fabianno Andrade Lyra, aborda a necessidade de implantação de cuidados efetivos com a saúde mental dos profissionais que acompanham pacientes em estágio terminal e traz o título “O cuidado com quem cuida: a Síndrome de Burnout em cuidadores de pacientes com morte anunciada”.

No capítulo 4, temos o artigo “Os impactos da reforma trabalhista na contribuição sindical e na negociação coletiva” elaborado pelos discentes do curso de Direito da Faculdade Santíssimo Sacramento Luiz Eduardo de Almeida Florêncio, Gustavo Carneiro Ramos de Almeida, Cristiano Aragão Schramm Almeida, Caio Cezar Sales Machado e orientado pelo professor Msc. Fábio da Silva Santos. Nesse artigo, os autores analisam, através de uma revisão bibliográfica, os efeitos e desdobramentos da Lei n. 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista e trata das organizações sindicais brasileiras.

E, finalizando, através do capítulo 5, apresentamos o trabalho de autoria da Dra. Jeane Denise de Souza Menezes, intitulado “Contribuições do georreferenciamento das ilhas de calor no planejamento urbano” tratando da formação de ilhas de calor nos centros urbanos e suas consequências à saúde da população, mostrando as principais ferramentas utilizadas para o estudo das ilhas de calor urbanas e apontando as estratégias para a redução da ocorrência dessas ilhas.

Profa. Dra. Jeane Denise de Souza Menezes

Editora chefe da Revista Cientíssimo

Sumário

1	A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA EM UMA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO DE CAFÉ DE PEQUENO PORTE	11
1.1	INTRODUÇÃO	12
1.2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.2.1	Uma visão geral das fases de implementação da ferramenta da produção mais limpa	15
1.3	METODOLOGIA	16
1.4	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	17
1.5	CONCLUSÃO	21
1.6	Referências	22
2	COMO A MASCULINIDADE TÓXICA IMPACTA NA SAÚDE MENTAL DO HOMEM	25
2.1	INTRODUÇÃO	26
2.2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.3	METODOLOGIA	36
2.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
2.5	CONCLUSÃO	41
2.6	REFERÊNCIAS	42
3	O CUIDADO COM QUEM CUIDA: A SÍNDROME DE BURNOUT EM CUIDADORES DE PACIENTES COM MORTE ANUNCIADA	47
3.1	INTRODUÇÃO	48
3.2	REFERENCIAL TEÓRICO	50
3.2.1	Cuidados Paliativos	50
3.2.2	Síndrome de Burnout	51
3.2.3	O luto	52
3.3	METODOLOGIA	53
3.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
3.4.1	Medicina paliativista. Preparação prévia específica para atuação em setores de cuidados paliativos	54

3.4.2	Rotina do cuidador. Sobrecarga de trabalho. Produção e coprodução do adeus. Stress. Adoecimento. Síndrome de Burnout. Estratégias de enfrentamento.	59
3.5	CONCLUSÃO	62
3.6	REFERÊNCIAS	63
4	OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E NA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	67
4.1	INTRODUÇÃO	68
4.2	EVOLUÇÃO DO SINDICALISMO NO MUNDO E NO BRASIL	69
4.2.1	Conceituação dos sindicatos e seu papel na arrecadação da contribuição sindical e negociação coletiva	72
4.2.2	Os impactos da reforma trabalhista no movimento sindical e o fim da contribuição sindical obrigatória	73
4.2.3	Impacto da reforma trabalhista na negociação coletiva	79
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
4.4	REFERÊNCIAS	81
5	CONTRIBUIÇÕES DO GEORREFERENCIAMENTO DAS ILHAS DE CALOR NO PLANEJAMENTO URBANO	85
5.1	INTRODUÇÃO	86
5.2	METODOLOGIA	87
5.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
5.3.1	O desenvolvimento urbano	87
5.3.2	Clima urbano	88
5.3.3	Ilhas de calor	88
5.3.4	Estratégias para redução da ocorrência das Ilhas de Calor Urbana (ICU)	90
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
5.5	REFERÊNCIAS	91
	ANEXO A – Sobre os autores	95

Capítulo 1

A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA EM UMA INDÚSTRIA DE TORREFAÇÃO DE CAFÉ DE PEQUENO PORTE

Jhonatas Novais Silva

jhonlimasilva@outlook.com

Graduando em Engenharia de Produção

Faculdade Santíssimo Sacramento

Lucas Castro Campos

blendittocafe@gmail.com

Graduado em Psicologia

Proprietário da Blenditta Torra de Bons Cafés

Jeane Denise de Souza Menezes

docente.jeannedenise@fssacramento.br

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: O processo de torra do café gera resíduos que, muitas vezes, não são gerenciados de forma responsável e consciente. Por isso, utilização da

metodologia de "Produção Mais Limpa"(P+L) traz benefícios e vantagens tanto para a indústria e como para o meio ambiente. Este artigo teve como objetivo identificar quais os resíduos gerados em uma indústria de torra de café localizada no sudoeste da Bahia. Quanto à metodologia, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, utilizando-se do método de estudo de caso. Para atingir os objetivos propostos, foram coletados dados primários obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com o proprietário, além da observação in loco. Na qual foi possível verificar que a empresa já reutiliza o pergaminho ou palha do café nas plantações de capim de corte e horta da própria fazenda. Possui o selo "eu reciclo", que certifica a logística reversa das embalagens pós consumo. Faz a separação do lixo reciclável, e não reciclável, realiza a manutenção periódica do filtro de fumaça. Através da aplicação da P+L, a indústria passou a planejar reutilização a água residual, e para isso, pretende construir uma pequena estação de tratamento para possibilitar o reuso da água na limpeza ou no sistema de descarga do banheiro. Instalação de placas solares, utilização da água da chuva, a reciclagem de embalagens. Essas ações e sugestões, portanto, demonstram o comprometimento da empresa com práticas mais sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Torrefação. Café. Torra de Café. Produção Mais Limpa. Agroindústria. Micro-indústria.

1.1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior exportador de café e ocupa uma posição de destaque no mercado consumidor, ocupando a segunda posição, entre os países que consomem a bebida. Consequentemente, uma maior quantidade de resíduo é gerada, principalmente na etapa da Torrefação, que é o processo químico e físico de transformação do grão cru em grãos próprios para consumo.

A torrefação é um processo importante no setor industrial do café e como em qualquer outra indústria de produção são gerados resíduos, por isso, a metodologia de Produção Mais Limpa se faz necessária nas empresas, pelo simples fato de que é uma ferramenta voltada para a não geração de resíduos.

Segundo Pacheco (2006), vale a pena adotar a metodologia P+L nas empresas, sejam elas de média ou de pequeno porte, dando os primeiros passos no mercado de forma correta e consciente desde o início, pois as medidas são muito simples, construindo uma visão de futuro aperfeiçoando as etapas de planejamento, ampliando e expandindo os negócios e benefícios ambientais e econômicos na gestão de processos.

A metodologia de produção mais limpa tem como princípio fundamental a eliminação da poluição no decorrer da produção e não somente ao final do processo produtivo. Os resíduos gerados representam a essas empresas despesas e devem considerar custos a preço de matéria prima no qual também foi consumido energia e água se tornando gasto na hora da aplicação de tratamento

e local de armazenamento, portanto causam danos à imagem da empresa e multas pela falta de cuidados adequados (CEBDS, 2005).

De acordo com Vaz (2012) e Oliveira (2006), o conceito da Produção Mais Limpa se refere à integração da produção com a proteção ambiental no qual considera as fases dos processos de produção e seu ciclo de vida. A metodologia P+L é uma estratégia em condutas ambientais, técnicas e econômicas, reduzindo ou evitando emissões de poluentes no meio ambiente através de ações de prevenção, criando alternativas para a reciclagem ou reutilização. Podendo ser aplicadas a processos, serviços e produtos, trazendo diversas vantagens e benefícios como menos custos, diminuição de riscos de acidente ambientais, melhoria da imagem da empresa junto a sociedade, colaboradores, poder público, fornecedores, melhorias de condições de saúde e segurança do trabalhador, acesso a linhas de financiamentos, ampliação das perspectivas de atuação no mercado interno, externo e melhorias do relacionamento com os órgãos ambientais.

O custo de implementação da metodologia P+L nas empresas dependerá dos métodos, materiais e a disponibilidade de recursos financeiros, além de proporcionar benefícios à imagem da empresa, sendo totalmente simples de ser implementada, bastando ter o comprometimento da alta gestão e de todos colaboradores.

Utilizando os princípios da produção mais limpa (P+L) este estudo teve como objetivo identificar as etapas geradoras de resíduos e as ações para redução, eliminação ou reaproveitamento dos resíduos em uma empresa de torra de café no interior da Bahia.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A indústria de manufatura ou a prestação de serviços transforma os recursos naturais em produtos para comercialização, sendo potenciais geradores de resíduos poluentes ao meio ambiente. Tendo em vista os impactos futuros, as empresas e organizações industriais estão buscando uma mudança de postura para serem ecologicamente corretas, uma vez que a sociedade exige uma atuação responsável no setor com a identificação e os aspectos dos impactos ambientais (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Brugger (2011), o homem cogitava que os recursos naturais era uma fonte inesgotável, resultando em grandes consequências ao meio ambiente, ocasionando a emissão de gases poluentes na atmosfera, mudanças radicais climáticas, escassez e poluição das águas, poluição do solo e geração de resíduos.

A metodologia de P+L é uma alternativa de solução para problemas ambientais provenientes do uso excessivo dos recursos naturais de forma irresponsável sem nenhuma mensuração dos impactos futuros.

O P+L segundo SENAI (2003), é uma técnica estratégica ambiental e econômica integrada ao processo produtivo com intuito de obter eficiência na utilização

das matérias-primas, energia, água, reciclagem dos resíduos ou não geração trazendo benefícios econômicos, saúde ocupacional e ambientais.

Conforme Vaz (2012), a P+L é fruto da visão “fim-de-tubo” surgindo em 1991 pelo programa UNIDO/UNEP como intermediária da Produção Limpa do *Greenpeace* e *Environmental Protection Agency* – EPA, apresentando uma abordagem mais direcionada à prevenção da poluição e à melhoria contínua e não somente na destinação dos resíduos. O objetivo do P+L é o fortalecimento econômico da indústria prevenindo a poluição através da colaboração com a situação ambiental, avaliando a utilização dos materiais e energia e explorando os processos produtivos.

Essa ferramenta vem sendo implementada em vários segmentos industriais visando a não geração ou minimização dos resíduos, a partir da pesquisa de Tormen (2020) que analisou alternativas para alcançar a sustentabilidade por meio da reutilização dos resíduos industriais gerados trazendo benefícios ambientais, menos custo e novas tecnologias e utilizando o sistema BIM (*Building Information Modeling*) para obtenção de resultados precisos e rápidos em estruturas de concreto armado promovendo a produção mais limpa reduzindo emissões de poluentes atmosféricos e resíduos.

A produção mais limpa pode ser aplicada em uma grande variedade de indústrias como a indústria de pisos de madeira (HOECKESFELD, 2021), a empresa de calçados (WACHHOLZ, 2020), a cooperativa agrícola (MIYAGAWA, 2021), a construção civil (SOUZA, 2020), a empresa de embalagens (GRILLÓN, 2021), a cachaça (SANTOS, 2017), o laticínio (SANTOS, 2018), apesar da aplicabilidade em diversos setores industriais, há uma escassez de estudos referente a implementação da metodologia P+L no setor de torra do café, necessitando que haja mais atenção no setor para que assim os resíduos oriundos do processo seja gerenciado de forma correta e responsável.

O setor da agroindústria do café é de grande importância e valor no ramo industrial de produção no Brasil, segundo o IPEA (2017), a torrefação e a moagem do café representa bem o setor assim como a indústria de café solúvel e de cápsulas. De acordo com Sesso (2021) esse setor agrega valores na geração de empregos, renda, trazem divisas com a exportação e tem importância econômica e social. A aplicação da ferramenta de Produção Mais Limpa se faz necessária no ramo industrial de torrefação do café seja numa indústria de médio porte ou de pequeno porte uma vez que nesse setor também são gerados diversos resíduos sejam eles sólidos (película, sacas de café, plástico das embalagens), líquidos (água do lavador de fumaça, café que saem da máquina de torra) ou gasosos (fumaça da chaminé da torrefadora).

Visando a melhoria no processo produtivo, a redução de custos. Conforme Werner (2011), a P+L é também um potencial fator para aumentar a competitividade, incentivar a inovação assim como a responsabilidade ambiental no setor, tratando os impasses do meio ambiente nos processos industriais, questionando “como” e o “que fazer” com os resíduos gerados evitando desperdícios.

O autor relata ainda que em relação ao processo produtivo a P+L encaminha para economia de matéria-prima e energia, procurando outras formas de satisfazer às necessidades do produto ou reduzi-las. Ele ressalta que essa ferramenta é um exemplo na utilização dos recursos naturais de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável.

1.2.1 Uma visão geral das fases de implementação da ferramenta da produção mais limpa

Todos os insumos (água, consumo de energia, matéria-prima), que são introduzidos no setor de industrialização passam por transformações até se tornarem no produto final, e desses processos industriais são gerados resíduos. A implementação da metodologia da P+L reduz os impactos ambientais, evita os custos e torna as empresas mais competitivas no mercado, buscando a minimização, não geração ou reciclagem dos resíduos gerados nos processos produtivos (SANTOS, 2017).

O intuito dessa seção é de apresentar de maneira breve as fases de implementação da ferramenta P+L conforme apresentado pelo CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável):

- Tarefa 01 Comprometimento da direção da empresa
- Tarefa 02 Sensibilização dos funcionários
- Tarefa 03 Formação do ECOTIME
- Tarefa 04 Apresentação da metodologia
- Tarefa 05 Pré-avaliação
- Tarefa 06 Elaboração dos fluxogramas
- Tarefa 07 Tabelas quantitativas
- Tarefa 08 Definição de indicadores
- Tarefa 09 Avaliação dos dados coletados
- Tarefa 10 Barreiras
- Tarefa 11 Seleção do foco de avaliação e priorização
- Tarefa 12 Balanços de massa e de energia
- Tarefa 13 Avaliação das causas de geração dos resíduos
- Tarefa 14 Geração das opções de PmaisL
- Tarefa 15 Avaliação técnica, ambiental e econômica
- Tarefa 16 Seleção da opção
- Tarefa 17 Implementação
- Tarefa 18 Plano de monitoramento e continuidade (CEBDS, 2005)

Conforme CEBDS (2005), é necessário o comprometimento da direção da empresa e da alta gerencia para o programa se concretizar, apoiando os funcio-

nários, para alcançar os objetivos e a realização do trabalho. A comunicação com os colaboradores sobre a realização do programa é imprescindível assim como a formação de uma equipe constituída de funcionários que conhecem bem a empresa e pertencem aos setores mais importantes.

Através da obtenção de dados e estabelecimento dos indicadores para monitoramento da empresa, poderão aparecer algumas barreiras referentes aos valores altos de resíduos gerados identificados e de consumo de materiais, no qual pode causar desconforto aos responsáveis pelas áreas avaliadas. No entanto, deve-se encarar essas informações como parte do trabalho e orientar que o intuito é justamente reduzir esses resíduos utilizando uma nova abordagem: A Produção Mais Limpa.

Deve-se verificar a disponibilidade de recursos financeiros da empresa para definir as etapas, processos, produtos e/ou equipamentos que serão priorizados para as efetivas medições e realizações dos balanços de massa e/ou energia construindo um fluxograma específico para a realização desse balanço. Nos processos finais são avaliados as causas da geração de cada resíduo, as oportunidades de mudanças a fim de que uma P+L encaminhe para a não geração de resíduos. Chegando ao final da implementação o responsável pela empresa tem todo conhecimento da disponibilidade financeira e vai definir qual das opções de mudanças encontradas vai escolher para implementação.

1.3 METODOLOGIA

A empresa em estudo é uma indústria de pequeno porte de torrefação de café localizada em uma cidade no interior da Bahia. Suas atividades industriais atende na cidade local e em outros municípios. A comercialização do café tem sua própria marca, sendo responsável apenas pelo processo de torrefação, pois o café é fornecido por produtores locais.

Esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória e descritiva e de acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo maior familiaridade com o problema tornando-o mais explícito e a construir hipóteses, aprimorando as ideias e a pesquisa descritiva, visando descrever as características dos fenômenos ou população.

Através do método de um estudo de caso, que segundo Pereira (2018), é um fenômeno em estudos individuais ou processos sociais com descrição e análise mais detalhada, foi possível identificar os resíduos gerados no processo de torrefação na agroindústria do café, analisando a possibilidade de implementação da ferramenta P+L (produção mais limpa).

As técnicas utilizadas para coleta de dados foram através de visitas técnicas no intuito de obter maior conhecimento sobre o processo produtivo da empresa, a disponibilização de documentos internos e a elaboração de uma entrevista direcionado ao responsável técnico.

Nessa entrevista foram feitas perguntas relacionadas à gestão da qualidade do produto: Em sua empresa é utilizada alguma ferramenta de gestão da qualidade? (Fluxograma de hierarquia, Diagrama de Pareto, Diagrama de causa-efeito ou Diagrama de Ishikawa, Histogramas, Folhas de Verificação, PDCA ou 5S); Utiliza alguma ferramenta de gestão da qualidade, cite quais e informe em quais etapas do processo produtivo elas são utilizadas. Foi realizado também questionamento para conhecer melhor as etapas do processo: Quais insumos são utilizados no processamento do café?

Foram feitas perguntas relacionadas com a geração de resíduos no processo produtivo: Ao longo do processo produtivo são gerados quais resíduos? Em sua empresa tem alguma mensuração/estimativa da quantidade de resíduos gerados? e como é feito o descarte dos resíduos, eles são reutilizados? Também foram feitos questionamentos acerca do plantio e tipo de café utilizado: Qual a área de plantio e a quantidade de sacas produzidas por hectare (ha)? Qual tipo de grão de café é cultivado? Finalizando para verificação de metas futuras foi feito o seguinte questionamento: Em sua empresa já tem ou pretende implantar a ferramenta de gestão P+L?

1.4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nesse artigo foi analisado o fluxograma do processo de torra do café de uma indústria de pequeno porte localizada no sudoeste da Bahia, e a partir dessa análise foram coletadas informações acerca dos resíduos gerados em cada etapa do processo (figura 1.1).

Figura 1.1: Fluxograma do processo de torrefação do café



Fonte: Adaptado dos arquivos da empresa, (2021)

A produção inicia na aquisição de matéria-prima (insumos) adquiridos por fornecedores confiáveis e registrados. No recebimento, são avaliados os critérios qualitativos pré-determinados e armazenamento tomando todo cuidado com a embalagem e local de estoque. Após o estabelecimento do prazo de validade dos produtos, ocorre o pré-preparo da torra, logo após o café é torrado pelo responsável técnico profissional especializado para executar a função. A espera para distribuição é o processo em que os grãos de café ou café moído passa pelo laboratório de análises sensoriais para que as amostras sejam avaliadas. O envase é executado sobre uma mesa higienizada e com todos colaboradores utilizando EPI (equipamentos de proteção individual), por fim, o último processo é a distribuição do produto em cafeterias e lojas.

A empresa possui um livro de ocorrências, MOB “Manual de Operação Básica” e POP “Procedimento Operacional Padrão” seguindo protocolos de avaliação da qualidade do café. No processamento da torra o técnico responsável averigua se está correta através da manipulação de uma colher de torra avaliando aspectos visuais, auditiva e olfato. São utilizadas também amostras para avaliação de perfil de xícara (uma análise sensorial) e um software que faz a leitura e controle do processo (pressão, temperatura, alarme sonoro e visual, fluxo de ar). São utilizadas também peneiras de granulometria para classificar e resfriar os grãos torrados à temperatura ambiente e as torras destoantes positivas e negativas após toda avaliação são provadas e averiguada a produtividade.

Foi possível identificar as etapas geradoras de resíduos com base nos dados obtidos no questionário e na visita técnica, feita na empresa entre todo o fluxo de produção. No processamento da torra são gerados a palha do café ou pergaminho que é a segunda casca do café situada no mesocarpo (polpa do café) e o tegumento seminal (película fina e prateada que envolve o grão), o café descartado e derramado do processo de moagem, são gerados também plásticos das embalagens, papel das embalagens e as sacas de cisal onde ficam armazenado o café cru.

A palha do café e tegumento seminal geralmente são utilizados nas plantações de capim de corte ou horta da própria fazenda, Miranda (2018), relata que vários estudos comprovam a eficiência e o potencial da palha de café na adubação orgânica e fornecimento de potássio ao solo, a película prateada é um resíduo abundante e originado na indústria da torrefação mas ainda se tem uma escassez referente a estudos do uso da película do café e pó de café, porém alguns estudos sugerem a utilização da película como fonte de fibras, antioxidantes e compostos fenólicos.

Outro tipo de resíduo identificado foi a água residual do filtro (lavador de fumaça), armazenada em dois tanques de 500L, localizados na parte de trás da torrefação, o descarte é feito durante a limpeza mensal desses reservatórios pelo técnico responsável próximo ao local dos tanques. Segundo Prezotti (2012), o uso da água residual deve ser feita de forma planejada pois pode causar problemas nas águas superficiais, subterrâneas e do solo. Almeida (2006) e Lima

(2014), sugerem em suas pesquisas, alternativas de reutilização e destinação dos resíduos entre eles a recirculação da água residual ou tratamento deste resíduo diminuindo o risco de poluição ao descartar.

Segundo Emerick (2018), a água residual não serve para atender as necessidades hídricas das plantas, pois o uso excessivo desse resíduo pode ocasionar elevação do teor de alguns nutrientes, principalmente o potássio além de que deve-se ter maior atenção no descarte desse resíduo próximo a corpos hídricos, o alto valor nutricional dessas águas pode vim a desenvolver alguns tipos de vegetais (salvínea, aguapé, algas em geral e taboa), em que diminui a concentração do oxigênio prejudicando o ecossistema aquático, uma vez que bactérias aeróbias consomem o oxigênio dissolvido no meio para efetuar seus processos metabólicos, tornando possível a degradação do material orgânico lançado no meio.

Com base nos resultados, a implementação da ferramenta Produção Mais Limpa (P+L) é imprescindível na indústria de torrefação do café trazendo ao conhecimento do gestor a importância dessa ferramenta e da mensuração/estimativa da quantidade de resíduos gerados para o controle e monitoramento de resíduos em todo o processo.

Analisando o processo de produção da empresa em questão, uma das alternativas para reutilizar de forma a dar uma destinação adequada os resíduos sólidos (palha do café ou pergaminho e café descartados) é como condicionadores do solo e fertilizantes orgânicos, armazenando este resíduo em recipientes e fazendo a utilização de forma programada e de acordo com a necessidade nutricional das plantas.

Outra forma interessante para a destinação dos resíduos sólidos (palha do café ou pergaminho e café descartados) é doando esses materiais orgânicos aos fornecedores produtores do café para reutilização em suas plantações como fertilizantes e condicionadores do solo, sendo também uma forma de conscientização e demonstrar a eficiência e eficácia dos materiais orgânicos e seus benefícios à agricultura.

Em vista de que algumas medidas já estão sendo feitas na empresa como a reutilização do pergaminho ou palha do café nas plantações de capim de corte ou horta da própria fazenda, pode-se dizer que é um ponto inicial da metodologia P+L.

Outras medidas também podem ser feitas como utilização da água da chuva um meio de economia de água na empresa, o tratamento da água residual do lavador de fumaça e posteriormente a reutilização nos sistemas de descarga do banheiro e higienização do local, reutilização das embalagens de plástico e papel ou implementar um sistema de coleta seletiva fazendo a separação do resíduo orgânico e inorgânicos, manutenção periódica do lavador de fumaça, implementação de fonte limpa de energia (placas solares), um sistema de compostagem transformando os resíduos orgânicos em adubo, são várias alternativas que

devem ser pensadas e planejadas como oportunidade de melhoria para se torna uma empresa sustentável.

Outras medidas de produção mais limpa, conforme Pacheco (2006) em sua obra, é que algumas ações podem ser tomadas, no entanto devem ter aspectos ambientais significativos, ou seja, que possuem mais impactos ambientais com maior ênfase no consumo de água da empresa, energia, identificação dos resíduos sólidos, efluentes líquidos, entre outros tipos de resíduos identificados.

Tendo em vista que a apreensão com os resíduos podem causar maior impactos ao meio ambiente, outro resíduo identificado na análise é a água residual, no qual apresenta maior geração e é um potencial poluidor, trazendo vários problemas ao solo e aos corpos hídricos. Para evitar tais prejuízos é interessante a criação de um sistema de tratamento de água residual com a finalidade de minimizar os efeitos que os compostos presente possa vir a ocasionar, assim eliminando o perigo de poluição. Essa água poderá ser reutilizada no sistema do filtro de fumaça ou até mesmo para outras funções como higienização do local trazendo benefício como economia da água utilizada no processo.

1.5 CONCLUSÃO

O café é uma bebida tradicional no Brasil e a etapa de torrefação é um processo extremamente importante para dar os aspectos específicos e as diversas características da bebida. Entretanto, como qualquer processo industrial são gerados diversos resíduos sejam eles sólidos, gasosos ou líquidos entre eles estão as sacas de cisal que armazena o café crú, película, café que sai do torrador, café que sobra do moedor e processo de envase, plástico das embalagens, papel das embalagens, fumaça e a água do lavador de fumaça.

Através das visitas técnicas foi possível acompanhar todo o fluxo produtivo da empresa, adquirindo maior conhecimento desde a compra de insumos utilizados até a distribuição do produto final, sendo possível a identificação de resíduos gerados no decorrer de todo processo. Outro ponto importante é que o gestor da empresa pratica algumas medidas, como a reutilização do pergaminho ou palha do café nas plantações de capim de corte ou horta da própria fazenda, possui o selo “Eu reciclo” e utiliza um lavador de fumaça.

Finalizando o presente estudo, através da pesquisa foi possível disseminar alguns conhecimentos acerca da metodologia de Produção Mais Limpa como sugestão de implementação de alguns métodos e estratégias nesse segmento industrial como a melhoria e a não geração ou minimização de resíduos, fazendo com que a empresa, e todos, envolvidos contribuam na manutenção e na ampliação da política de responsabilidade ambiental adotado pela empresa.

1.6 Referências

ALMEIDA, C.D.G.C.; SILVA, I. J. O. Uso de águas residuárias do beneficiamento café. **Thesis (São Paulo. Online)**, v. 6, p. 30-43, 2006.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset). **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**. n. 53, out. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8099>. Acesso em: 19 dez. 2021

BRUGGER, P.; WEHRLE, A. F.; GUIMARÃES, R.D.; CUNHA, A.S da. Produção mais limpa um estudo teórico sobre sua importância no contexto ambiental e econômico e sua aplicabilidade na visão da ecologia profunda. **Educação ambiental em ação**, v. 38, p. 1-18, 2011.

CEBDS. **Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável**. Guia para a Produção Mais Limpa – Faça você mesmo. 2005. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/guia-para-producao-mais-limpa-faca-voce-mesmo/>. Acesso em: 14 out. 2021.

EMERICK, M. B. D. **Utilização da água do processamento dos grãos de café: Potássio no solo, na planta e produção do capim Pangola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologias e Inovações Ambientais) - Universidade Federal de Lavras.2018.

GREENPEACE. **Uma Estratégia Para Uma América Latina livre de Substâncias Tóxicas**.2020. Disponível em: http://www.acpo.org.br/biblioteca/08_residuos/Lixo%20Zero%20ProduA%CC%81%E2%80%9Eo%20Limpa/producao_limpa_greenpeace.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. 1. ed. 1987; 2. ed. 1989; 3. ed. 1991; 4. ed. 2002; 7a tiragem.

GRILLÒN, G.; MACENO, M. M. C.; LACERDA, M. T.;FIATKOSKI, M.V. Aplicação da produção mais limpa (P+L) para melhoria da gestão de efluentes em processo de pré-impressão de bobinas de papel - um estudo de caso em uma empresa de embalagens de Curitiba. **The Journal of Engineering and Exact Sciences – JCEC**, v. 07 n. 03 2021 journal homepage: <https://periodicos.ufv.br/ojs/jcec>. Acesso em: 27 nov. 2021.

HOECKESFELD, L.; CALDART, A. F.; MORAIS, V. A.; MOURA NETO, A. B. de. A implementação da estratégia de produção mais limpa em uma indústria de

pisos de madeira. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p.65503-65511Jul. 2021

LIMA, L. K. S. ; SANTOS, C. C. ; MOURA, M. C. F.; DUTRA, A. S.; OLIVEIRA FILHO, A. F. Utilização de resíduo oriundo da torrefação do café na agricultura em substituição a adubação convencional. **Agropecuária Científica no Semi-Árido**, v. 10, p. 14-19, 2014.

MATA MIRANDA, R.V. da. **Resíduos da Agroindústria do Café como Condicionadores de Solo e Fonte de Nitrogênio para as Plantas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical e Sub Tropical) - Instituto Agrônomo de Campinas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em:<https://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/posgraduacao/repositorio/storage/pb188816.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MIYAGAWA, L.; SILVA, I.; GARCIA, W. Identificação de Oportunidades para implementação de programa de produção mais limpa em uma cooperativa agrícola de Tomé-açu (PA), Brasil. **Revista Gestão em Conhecimento**, [S.l.], v. 2, n. 2, fev. 2021. ISSN 2594-9020. Disponível em: <https://rgc.ufra.edu.br/index.php?journal=ufrargc&page=article&op=view&path%5B%5D=73>. Acesso em: 14 out. 2021.

OLIVEIRA NETO, G. C.; GODINHO FILHO, M.; GANGA, G. M. D; NAAS, I.A; VENDRAMETTO, O.. Princípios e Ferramentas da Produção Mais Limpa: um estudo exploratório em empresas brasileiras. **Gestão & Produção (UFSCAR. Impresso)**, v. 22, p. 326-344, 2015.

OLIVEIRA, M.C. **Guia técnico ambiental da indústria de cerâmicas branca e de Revestimentos**. São Paulo: CETESB, 2006. Acesso em: 14 out. 2021.

PEREIRA, A. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 ebook disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

PREZZOTI, L.C. **Teores de nutrientes nas águas residuárias do café e características químicas do solo após sua aplicação**. Vitória, ES: Incaper, 2012.24 p. (Incaper, Documentos 208).

PACHECO, J.W. **Guia técnico ambiental de frigoríficos - industrialização de carnes (bovina e suína)**. São Paulo: CETESB, 2006.

SOUSA, C. S. A adequação ambiental na torrefação de café. **Revista GeTec: Gestão, Tecnologia e Ciências**, v. 6, p. 104, 2017.

SESSO, P.P.; PEREIRA, L. F.P. Dimensionamento do agronegócio do café no Brasil. **cadernos de ciência & tecnologia**, v. 38, p. 1-17, 2021.

SENAI.RS. **Implementação de Programas de Produção mais Limpa**. Porto Alegre, Centro Nacional de Tecnologias Limpas SENAI-RS/UNIDO/INEP, 2003. 42 p. il.

SANTOS, F. F.; QUEIROZ, R C. S. de; ALMEIDA NETO, J. A. de. Avaliação da aplicação das técnicas da Produção Mais Limpa em um laticínio no Sul da Bahia. **Gest. Prod., São Carlos**, v. 25, n. 1, p. 117-131, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X2234-16>.

SANTOS, J. G.; SILVA, Y. D. T. Práticas de gestão ambiental e produção mais limpa: uma análise do processo produtivo da cachaça sanhaçu. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v.3, n.3, p.1-17, dez., 2017. Disponível em: <http://revistas.cefetrj.br/index.php/producaoedesenvolvimento>

SOUZA, T. R.; SOUZA, A. M. G. F.; FONSECA, J E. Proposta para aplicação de estratégias de produção mais limpa na construção civil em uma instituição de ensino. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, v. 12, n. 1, Abr/2020.

TORMEN, A. F.; Muliterno, B. K.; KRIPKA, M.; FERRAZZO, S. T.; KORF, E. P. Estudos sobre alternativas de projeto para a minimização do impacto ambiental de edifícios em concreto armado. **Revista Aidis de Ingeniería y Ciencias Ambientales**, v. 13, p. 383-401, 2020.

VAZ, C. R.; B.; L.; M. Conceitos e Metodologias para um Mundo Sustentável: uma Reflexão da Produção Limpa, Produção mais Limpa e Produção Enxuta. **Gepros. Gestão da Produção, Operações e Sistemas (Online)**, v. 6, p. 83-99, 2012.

WACHHOLZ, L. A.; BEM, N. A.; REZENDE, L. C. S. H.; LIZAMA, M. de los A. P. Estudo sobre a implantação de medidas de Produção mais Limpa em uma empresa de calçados. **Revista valores**, v. 5, p. e-5052, 2020.

WERNER, E. M.; Garcia; HALL, R.J. Produção mais limpa: conceitos e definições metodológicas. **Revista Ingepro: Inovação, Gestão e Produção**, v. 03, p. 46-58, 2011.

Capítulo 2

COMO A MASCULINIDADE TÓXICA IMPACTA NA SAÚDE MENTAL DO HOMEM

Gabriela Rego Silva

gabrielarego10238@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

Uriel Celestino

allanasantos@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

Samai Alcira Cunha

docente.samaialcira@fsssacramento.br

Msc. Psicologia (UFBA)

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: O presente artigo foi idealizado por percebermos a escassez de informações sobre o tema; masculinidade tóxica e saúde mental do homem, apesar de ser um tema muito debatido na contemporaneidade, os resultados de estudos a esse respeito ainda se encontram muito reduzidos, a vista disso buscamos detectar de que maneira essa saúde mental do homem é prejudicada e o que esse problema gera negativamente a sociedade. São abordados fatos históricos de suma importância que atravessam a problemática apresentada, tais como: concepções da dominação masculina, construção e instituição da masculinidade, assim como a supressão dos sentimentos masculinos estimulando uma postura tóxica. Como roteiro metodológico, nos dedicamos a um estudo quali-

tativo exploratório, auxiliado por um exame bibliográfico, mantendo o foco em detalhes subjetivos do objeto analisado, buscando assim conhecer o fenômeno e descobrir novas ideias sobre ele.

2.1 INTRODUÇÃO

A masculinidade tóxica é um problema bastante debatido hoje na contemporaneidade, porém, os efeitos negativos e positivos desses debates ainda se encontram reduzidos e o número de adoecimento e mortes em consequência dos comportamentos decorrentes desse fato é cada vez mais alarmante. O presente trabalho foi pensado por percebermos a deficiência existente em informações sobre o assunto, sendo este pouco estudado, talvez pelo preconceito ou pelo machismo estrutural. Na atualidade, grande parte da sociedade rejeita comportamentos machistas, mas, em contrapartida, ainda alguns tipos de comportamento reflexo de uma sociedade machista ainda estão presentes, enraizados em nossa cultura.

A construção social dos gêneros - feminilidade e masculinidade - envolvem relações de poder construídas historicamente, provocando a criação de um ideal hegemônico, como o homem em uma posição de poder sobre um subalterno que seria a mulher. Contudo, essa opressão do homem, não cai somente sobre a mulher (a desigualdade de gênero), mas também sob o próprio homem (ALVES, 2018).

Um estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que 87 mil mulheres perderam suas vidas no ano de 2017 para crimes que se enquadram na categoria de feminicídio, os assassinatos cometidos por cônjuges ex-maridos ou familiares, foram de 58%, gerando uma taxa de 6 feminicídios a cada hora, em contrapartida, entretanto o mapa da violência mostra que no ano de 2016 os homicídios cometidos por armas de fogo no Brasil foram 94,4% contra homens (WAISELFESZ, 2016). Essa evidência nos faz perceber que o homem, não é só opressor, mas também é vítima, sendo oprimido pela sua postura aprendida no decorrer da vida.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), no dia 18 de novembro de 2019, postou um relatório sobre o tema. Nele, realça que em cada cinco homens que vivem nas Américas falecem antes dos 50 anos, sendo que muitas desses falecimentos são conflitos ligados à masculinidade tóxica (ESTADÃO, 2020).

De acordo com as informações, as probabilidades sociais em relação aos homens são capazes de elevar o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes de trânsito, vícios e homicídios, além de colaborarem para o aumento das taxas de suicídio (ESTADÃO, 2020).

De acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em 2020, aponta que o ato de tirar a própria vida é a segunda causa de

morte entre pessoas de 15 a 29 anos no mundo, atrás apenas de fatalidades no trânsito. E a cada 40 segundos uma pessoa se mata, sendo que 79% dos casos acontecem em países de baixa e média renda.

Esses e outros elementos fazem parte de uma nova avaliação da OMS, anunciada no dia 9 de novembro de 2020. A Organização Mundial da Saúde estima que cerca de 800 mil pessoas morrem através de suicídio por ano. Os números do relatório são referentes a 2016. No Brasil, foram registrados 13.467 casos, a grande maioria (10.203) entre homens, segundo a entidade, quase 76% do total (ESTADÃO, 2019).

O artigo apresenta informações relevantes para a área de psicologia, psiquiatria e saúde pública, no que tange os efeitos da masculinidade tóxica na saúde mental do homem, sob a hipótese de que homens sofrem com essa masculinidade e isso gera prejuízos à sua saúde mental. O objetivo geral é explorar como as masculinidades tóxicas impactam na saúde mental do homem, e o específico é identificar os tipos de masculinidade tóxicas, detectando de que maneira a saúde mental do homem é prejudicada, assim como identificar o impacto que esse problema gera na sociedade.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história da humanidade é marcada por manifestações de violência simbólica na estruturação dos processos de dominação e masculinidade hegemônica, quase sempre ressignificando relações econômicas, políticas, sociais, culturais, afetivas e também de gênero, criando estruturas que transformam o contundente processo de socialização, em dispositivos justificadores da relação de poder e submissão (BOURDIEU, 1999.).

Serão estabelecidas as normas da diferença sexual entre homens e mulheres, por não possuir um vocabulário que possa abranger a sexualidade de ambos, a concepção dominante até então era a do modelo de monismo sexual ou um sexo, que tomou conta do pensamento anatômico por dois mil anos, a mulher era vista como sendo um homem invertido. O útero seria o equivalente ao escroto feminino, os ovários seria o equivalente aos testículos, a vulva seria um prepúcio e a vagina seria um pênis (SILVA, 2000).

Na anatomia masculina, estava representado o modelo de perfeição onde o poder fálico, distinguia perfeitamente o domínio de superioridade masculina e inferioridade feminina equivalentemente. A mulher ao ser concebida como um homem invertido e inferior, será automaticamente dentro da escala de perfeição metafísica, um sujeito menos desenvolvido (SILVA, 2000).

De acordo com os achados de Costa (1995), Badinter (1996) e Almeida (1996) na tentativa de estabelecer e manter as diferenças entre os sexos, outras teorias também serão construídas ao longo do tempo, porém, as falas mantêm a diferença inferior da natureza anátomo-fisiológica da mulher (SILVA, 2000).

Marcado por uma efetiva priorização e valorização do patriarcado, o modelo da sociedade judaico-cristã-ocidental é estruturado hierarquicamente de tal modo que a dominação masculina, e a conseqüente submissão feminina, está amparada em uma justificativa decorrente de um inatismo biológico, sendo essa crença reforçada pelas estruturas sociais desde esfera privada (família), até mesmo na forma como toda a esfera pública atua coercivamente na formação do sujeito social (organização político-religiosa) (BOURDIEU, 1999.).

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa a justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estritas das atividades distribuídas a cada um dos dois sexos. (BOURDIEU, 1999. p.18.)

Ainda que as diferenças biológicas entre macho e fêmea possam ter sido determinantes para os processos dominantes, a idealização dos gêneros: masculino e feminino, representa um importante elemento nas conexões públicas de domínio, vez que configuram elementos constituídos em relações sociais decorrentes da hierarquização e segregação de valores que determinam a distinção e distribuição do papéis sociais (BOURDIEU, 1999).

A personalidade masculina é desenvolvida, então, com a ideia de que não se pode ter semelhança alguma com o feminino, e muito menos, com a homossexualidade. Para isto, o homem necessitava aprender e prosseguir com particularidades bem específicas, a fim de manter seu papel social bem destacado. Que atribuíssem ao homem/macho traços como racionalidade, força física, destreza, liderança, competitividade, pouca afetividade, virilidade e coragem. Enquanto as mulheres seria o oposto da figura masculina, restringindo-as ao espaço privado, e dando a eles o espaço público. (ROCHA; PAULA, 2019.p.83).

Tendo como base o aparato genital biológico, a separação entre “coisas de menino” e “coisas de menina”, fica estabelecida e atua na formação do indivíduo desde a escolha do seu nome, da cor do seu quarto, o modelo didático de compreensão de mundo, bem como práticas, valores e componentes morais que o formarão. Esse modelo acompanha o desenvolvimento ontogênico e psicológico dos indivíduos e visa a conservação da estrutura hierarquizada e hierarquizante, bem como a manutenção de poderes e privilégios (BOURDIEU, 1999).

Se a diferença entre os gêneros anteriormente era voltada para a relação anátomo-fisiológica, com o modelo de dois sexos, o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais do corpo, impondo e justificando diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade capitalista, individualista, burguesa, nacionalista, colonialista e imperialista implantada nos países europeus (SILVA, 2006).

O poder é um mecanismo que obedece a um padrão onde, estabelecida a relação de forças e centralização do controle, ocorrerá sempre a figura do agente dominador e um outro dominado, marcado pela opressão do primeiro sobre segundo e pela busca perpétua da naturalização dos processos que o produz. Nesse sentido, constata-se a posição privilegiada do macho/homem no tangente aos espaços e postos privilegiados na sociedade, no domínio da narrativa histórico-cultural, nas decisões políticas e em quase todos os aspectos da vida social (BOURDIEU, 1999).

O ideal masculino que penetrou profundamente na consciência burguesa, representava em palavras, em pinturas e em pedra um ideal de virilidade casta, isso era um bastão erguido contra a decadência. E traz que a masculinidade foi o aporte ou a rocha sobre a qual a sociedade burguesa configurou boa parte de sua autoimagem, mas a imagem sonhada da masculinidade parece identicamente para a evolução da chamada sexualidade anormal, em grande parte, denominada pela contra imagem que a fazia representar (MOSSE, 1998).

A violência inerente à relação opressor-oprimido é sublimada através de processos culturais e sociais refinados que visam uma construção simbólica da naturalização performática da produção dos artefatos sociais: homem viril e mulher feminina. Para tanto, faz-se necessário a distinção dos elementos componentes de cada gênero, tais quais os comportamentos esperados, as emoções permitidas, os valores reforçadores, as estruturas mentais, as técnicas e os campos de domínio, não sendo permitido a um gênero específico possuir elementos supostamente pertencentes ao outro (BOURDIEU, 1999.).

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e feminino. (BOURDIEU, 1999. p.41.)

A busca forte das mulheres na Inglaterra por igualdade e independência, representou o desafio mais efetivo e apropriado à oposição social dos homens. Estava incluída nesse desafio uma crítica implícita da sexualidade masculina, pautada no duplo padrão moral de comportamento de homens e mulheres dentro do que era esperado. (MOSSE, 1998).

De acordo com Louro (1997 pág. 21) (...) para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (...) não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constituiu com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (ALVES; ARAÚJO; CORDEIRO, 2012).

Ao definir os elementos que supostamente compõem os gêneros, o patriarcado reservou para o masculino os valores, características e comportamentos que permitem a ascensão, domínio e manutenção do poder, reservando dessa forma para o feminino os seus opostos simétricos, construindo dessa maneira uma ilusória posição de subalternidade natural fundamentada no aspecto biológico e reforçada pelas estruturas sociais (BOURDIEU, 1999.).

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada. (BOURDIEU, 1999. p.33.)

A virilidade sexual obrigatória é constituída em dois pontos opostos: o positivo, relacionado à realização e a demonstração de performances de sexualidade ativa; e o negativo, que abrange as interdições aos sinais que coloquem em dúvida essa virilidade. No campo positivo, encontram-se os requisitos identitários que afirmam ser o homem de verdade aquele cuja a eficácia é comprovada pela constante demonstração de desempenho sexual. O enaltecimento do papel de penetrador como signo da virilidade sexual ativa se contrapõe a qualquer prazer e experiência anal. Com isto, a penetrabilidade é o negativo da virilidade sexual e retira do homem seu lugar social de macho (BAÉRE; ZANELLO, 2020).

Como a atividade sexual do homem é simbolizada pela força, poder e dominação, existe a valorização da figura do papel ativo e a diminuição do papel passivo. Por esse ângulo, os corpos das mulheres são vistos como o lugar de desfrute e de penetração dos homens, é correlacionado aos homossexuais a representação de passividade e de feminilidade, como se esses, ao se relacionarem afetiva e eroticamente com outros homens, estivessem desistindo da masculinidade. Logo, ainda que todos os homens aproveitem de privilégios sociais em comparação às mulheres, a não heterossexualidade é aprovada em um lugar de inferioridade a determinadas masculinidades (BAÉRE; ZANELLO, 2020).

Nolasco (1993) escreve que logo ao nascer a observação das genitais suplanta qualquer outra preocupação com as necessidades do recém-nascido, criando, desde o primeiro momento, uma série de expectativas quanto ao comportamento esperado dele, e formando, a partir destas, a subjetividade que irá moldá-lo, de forma tão sutil a ponto de ser naturalizada. Com isso, desde pequenos os meninos já carregam a carga do que se espera deles no futuro; ouvindo frases como “homem não chora”, “aja como um homem”, “parece mulherzinha”, “filho meu tem que ser pegador” etc., gerando, em diversos casos, a partir da criação, identidades cristalizadas e “doentias” que culminarão em masculinidades tóxicas ao longo da vida (ROCHA; PAULA, 2019.p.84)

Seguindo desses cenários apresentados, podemos observar que o homem em todo tempo recebeu incentivos para conter seus sentimentos e, de vez em quando, demonstrar sentimentos não positivos, fazendo com que poucas vezes emoções boas participassem da sua construção de ideia masculina. As características construídas de agressividade, competitividade e liderança com certeza faz com que o homem se sinta satisfeito e alegre quando consegue ser vitorioso em algo que tanto deseja ou quando sua virilidade é reafirmada. Contudo, entendessemos que esses momentos satisfatórios são causados através do sofrimento do próximo (ROCHA; PAULA, 2019.p.86).

Ainda que de forma agressiva para reafirmar sua posição de macho dominador, ele consegue sentir emoções positivas, não que isso aconteça somente através de atos negativos, mas supostamente são os mais frequentes. Ele consegue ter sentimentos positivos e continuar mantendo uma postura tóxica, porém aqueles que não compartilham dessa masculinidade, vivenciando uma masculinidade mais saudável, que o faz sentir mais emoções boas, não por condições biológicas, mas pela liberdade de expressão (ROCHA; PAULA, 2019.p.86)

Para o sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001) a autenticidade de um homem em seu grupo não se limita à negação da feminilidade, mas também em sua inegável depreciação. Por tanto, é necessário que o homem, ao procurar o seu espaço de pertencimento, tenha atitudes misóginas como passagem para o que ele chama de ‘Casa dos Homens’, um agregado de ambientes monossexuados, nos quais se constrói, desde cedo, a educação de gênero masculino (BAÉRE; ZANELLO, 2020).

Frequentemente a expressão “masculinidade tóxica” é usada para se referir a um conjunto vagamente interligados de regras, crenças e condutas ligadas a masculinidade, que são negativas para as mulheres, crianças, sociedade em geral e aos homens, qual a própria

defesa da masculinidade é ligada à virilidade tóxica, ou seja, os homens são hostis quando tentam proteger e propor uma visão de masculinidade, de tal forma que revela como a discussão sobre a importância normativo de um conceito de masculinidade está conectada ao caráter competitivo, agressivo, sexista, homofóbico e misógino da masculinidade tóxica (MOURA, 2018).

Bourdieu (2014) evidencia que há uma relação entre as vantagens atribuídas ao homem, por meio das relações de gênero, que estão enraizadas nas questões vinculadas à força física e as forças simbólicas. As características expostas por Bourdieu (2014), se assemelham as da masculinidade tóxica, uma vez que essa se constitui das normas, crenças e comportamentos que incluem: hiper competitividade, autosuficiência individualista (em um sentido patriarcal e parouquial do papel do homem como chefe de família e autocrata da família), tendência ou glorificação da violência (real ou digital, dirigida a pessoas ou quaisquer vivos ou não vivos), chauvinismo masculino (paternalismo para com as mulheres), sexíssimo (superioridade masculina), a misoginia (ódio contra as mulheres), concepções rígidas de identidade sexual e de sexo e de papéis, heteronormatividade (crença na naturalidade e superioridade da heterossexualidade dos cis gêneros), o direito à atenção (sexual) de mulheres, (sexual) objetificação das mulheres, a infantilização das mulheres (tratamento de mulheres como a consciência ou agência imaturo e desprovido e desejando mansidão e aparência “jovem”) (MOURA, 2018 p.127).

Não são todos os atos de masculinidade tóxica que irão ter esses componentes, porém quando se fala sobre isso, o comum é que vejam esses significados, sendo mais nítido, a masculinidade tóxica se assemelhar a uma disputa entre

homens que também atinge as mulheres, pois nessa "disputa" contém o desejo de dominá-las, sendo um costume bastante negativo (MOURA, 2018).

A infância do homem é oprimida muitas vezes pela figura paterna, incentivada a não demonstrar, não abraçar, não ser carinhoso e etc. É reforçado a agir e não conversar, criando um estereótipo do que seria a ida de masculinidade perfeita, ser forte, sem medo. Porém, isso é o contrário, só demonstra a covardia e o medo exprimido de ser fraco e vulnerável. A quebra desse medo é o primeiro passo para a humanização (MOURA, 2018).

É forjada uma ilusão de camisa de força no universo masculino, criando competições onde os homens tentam provar sua hombridade. Esse símbolo que é passado na sociedade faz com que eles se matem e matem uns aos outros. Pelo simples fato de não serem motivados a expor seus sentimentos, utilizando a violência como linguagem (MOURA, 2018).

Essas causas são vistas como situações de práticas tóxicas, incluindo a violência física e de comportamento criminal. Porém, o grande desafio imposto é cruzar as explicações segmentadas sobre o fenômeno, centrados nos modelos hegemônicos de masculinidade coletivamente reafirmadas que naturalizam a violência como uma propriedade dos homens, capaz de gerar interações humanas violentamente desagradáveis nesse contexto de isolamento social (SANTOS *et al.*, 2020).

É importante reafirmar que a masculinidade hegemônica se encontra associada principalmente a traços negativos, que apontam os homens como não emocionais, autônomos, não cuidadores, agressivos e não passionais (SANTOS *et al.*, 2020)

O enfoque da elaboração do conceito de masculinidade institucional construída metaforicamente por Foucault (1996) prediz essa instituição como um conjunto de relações sociais que repetidas e legitimadas pela repetição, levam ao entendimento da masculinidade enquanto um conceito que passaria, então, pela visualização de suas regras constitutivas, seus organizadores, seus postulados, assim dariam legalidade e valor aos demais discursos que rodeariam, as falas no interior dessa instituição (BARBARINI; MARTINS, 2018).

A priori, o resultado das investigações a respeito da masculinidade enquanto instituição nos traz, as metodologias constituintes deste estudo, a exemplo dessa psicanálise institucional, investigada por Michel Foucault, assim como da análise institucional do discurso. A ideia de que a masculinidade se constitui discursivamente se encontra distante de considerar o propósito "masculinidade" como um dado, informando não haver nada de natural no masculino, mas que, pelo contrário, este é resultado de um discurso de organização dos corpos, indica que sua compreensão deve se dar enquanto trabalho a partir de uma exposição metódica, algo que está sendo falado, ainda que não esteja sendo dito, ainda que o seja através do calar, zonas e espaços de incompreensão do discurso, expressões vistas como apenas ruídos na comunicação (BARBARINI; MARTINS, 2018).

Ao observar o pensamento de Foucault (1979), vemos que ele afirma que os discursos de naturalização são instrumentos que tratam das práticas institucionais e políticas que compõem os sujeitos e não da história fixada em sujeitos históricos (BARBARINI; MARTINS, 2018).

Embasados em Foucault (2011), entendemos que o masculino termina impondo sua marca à prescrição, representada por ter que dominar, provar ou transformar-se para contemplar as exigências às normas (SANTOS; DINIS, 2018).

É certo que , a masculinidade é, antes de tudo, um mecanismo de integração das expressões corporais dos sujeitos, um crivo que permite organizar os corpos a partir do significante “homem”, agrupando homens “de verdade”, homens negros, homens gays, homens

trans, sendo igualmente um campo de batalha, uma arena onde os discursos se enfrentam, avançam, retrocedem, mantêm-se, morrem e são restaurados de acordo tanto com sua lógica interna quanto com sua inter-relação com outros tantos discursos, com outras instituições (BARBARINI; MARTINS, 2018).

Estudos deste tipo podem ser encontrados, no trabalho de Foucault (1996 e 1997) com as instituições psiquiátricas e prisionais, trabalhos esses que o autor não se preocupa tanto com o aspecto organizacional, regulamentar e normativo de tais espaços, quanto com o que ele chama de microfísica do poder, a forma como os corpos são organizados, classificados, nomeados, como discursos são agrupados enquanto ciência, sintoma, loucura, transgressão, e assim por diante. Assim, a prisão pode ser compreendida como locus de constituição do discurso sobre a criminalidade, a periculosidade, espaço de criação dos sujeitos transgressores. A instituição psiquiátrica produz sua clientela, nomeando determinadas formas de expressão como anômalas, necessitadas de controle, de regularidade (BARBARINI; MARTINS, 2018).

Em suma, a composição de objetos de análise a partir de sua compreensão na qualidade de discurso permite que se observe o caráter criador, fundante, hipostático dos discursos que, no caso do objeto em apresentado, trarão sentido à materialidade dos corpos tidos como masculinos. O objeto da instituição masculinidade é assim, compor o ser homem, dar sentido à multiplicidade delimitando pontos de unidades que permitam considerar a diversidade física, cultural, etária, sexual dentro de um contexto comum, ainda que esse núcleo de discussão seja alvo de discordância, localizando-se ora na presença de um pênis, ora no porte de características auxiliares masculinas, ou mesmo na presença de cenário genético, dentre outros (SANTOS; DINIS, 2018).

O aprofundamento dos estudos sobre o tema masculinidades pode ocorrer de formas diversas, a depender da base epistemológica que o forma e da área do conhecimento na qual se aprofunda. Uma coisa, porém, é geral entre todos trabalhos pesquisados: a masculinidade, enquanto gênero, não é uma mera expressão social dos processos biológicos que ocorrem a pessoas nascidas com um pênis. A masculinidade, varia em grau, a depender do pensamento adotado, uma construção social, um discurso que deriva da diferença anatômica corporal-

genital, ou mesmo que constitui suas condições de inteligibilidade (SANTOS; DINIS, 2018).

No âmbito acadêmico existe uma escassez de investigações relacionadas ao estudo da saúde mental masculina, dentre os aspectos da problemática da saúde mental, surgem os transtornos Mentais Comuns (TMC), expressão criada por Goldberg e Huxley (1992) para

designar sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração, queixas somáticas e sentimentos de inutilidade, os quais demonstram ruptura do funcionamento normal do indivíduo, mas não configuram categorias nasológicas da 10^a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como do Manual de Diagnóstico e Estatística das Doenças Mentais (DSM-V) da Associação Psiquiátrica Americana (ZANELLO; SILVA, 2012).

No campo da saúde mental isso se torna ainda mais evidente quando há o reforçamento do discurso, biológico e cerebral, em que a maioria das questões podem ser medicalizadas e muitas vezes invisibilizadas. O que se vê em várias pesquisas é a hiperdiagnostização de algumas síndromes em mulheres e subdiagnosticação em homens (ZANELLO; SILVA, 2012).

Sobre o levantamento dos transtornos mentais, Grant e Weisman afirmam: “A falha em considerar possíveis diferenças de gênero, na maneira que os transtornos psiquiátricos se manifestam e/ou se expressam, pode complicar de forma substancial a estimativa de taxas de prevalência válidas em estudos epidemiológicos, em razão de possíveis vieses nos critérios diagnósticos. Futuras pesquisas epidemiológicas devem focar a identificação empírica de critérios diagnósticos enviesados por gênero.” (ZANELLO; E SILVA, 2012).

“Homem não chora”, quantas vezes na vida nós já escutamos essa frase? Apesar de totalmente inadequada, ela continua sendo usada com frequência nos dias atuais. O dito foi sendo repassado através do tempo, de geração a geração, porém, quase nunca as pessoas notam a real problemática do significado dessa frase. A ideia principal escondida por trás da expressão é de que o homem não pode nunca ser frágil ou expor suas emoções, fica claro nesta proposição uma amostra da masculinidade tóxica e um padrão cultural de sufocar sentimentos (SILVA, 2006).

Então, até quando vamos continuar ignorando este silêncio e omitindo que existe uma repressão de emoções na vida do homem? Inalterar esse ensinamento somente aumenta a chance de os homens desenvolverem comportamentos destrutivos, tanto física como emocionalmente. É preciso romper este silêncio como forma de aproximá-los de uma afetividade real e vívida. Temos

de observar a qualidade de como é expresso os afetos nas relações sociais, familiares, e amorosas, dessa forma, avaliando a maturidade emocional dos homens do nosso círculo mais íntimo. Essas reflexões precisam ser feitas de maneira didática para ajudar os homens a se ajustarem com novas necessidades e habilidades desta nova era (SILVA, 2006). A masculinidade tóxica na vida de um homem pode ocorrer por uma visão distorcida que associa adoecimento psíquico como sinal de fraqueza dentro do universo do masculino.

Sendo assim, é mais fácil observar sintomas como: insônia, irritabilidade, isolamento e quadros de depressão, ansiedade, pânico e até suicídio dentro desse universo. Ocorrendo também doenças graves e disfunções sexuais causadas pelo sofrimento psíquico acentuado que afeta a sua autoestima (BEZERRA, 2017).

O Desemprego ou aposentadoria, também podem afetar a saúde mental masculina, pois deixa de ser visto como o “provedor” restando a angústia por perderem a função social passando a se sentirem inúteis. Este cenário, associado a isolamento social e pensamentos de desesperança pode contribuir para o surgimento de um quadro psiquiátrico. Nesses momentos muitos recorrem ao álcool e a outras substâncias, como uma válvula de escape, causando muitas vezes grandes prejuízos em suas relações familiares, pois normalmente tentam resolver os conflitos de forma agressiva (SANTOS, 2007).

Para conseguir prevenir esses problemas, a identificação precoce é de suma importância. Essa identificação ajuda na sensibilização e conscientização da necessidade de diálogo e permite a reflexão vinda de pessoas de maior convívio. Nesse processo é importante que o envolvido pense junto com a sua rede de apoio em quais são as ações que são possíveis de adotar para minimizar esses fatores de risco. Nesse processo se faz necessário como alternativa a terapia pois ela pode auxiliar no processo de desconstrução da masculinidade tóxica e o fazer enxergar que homens podem sim demonstrar sentimentos afinal falar é uma ferramenta importante para prevenir adoecimentos (MACHIN *et al.*, 2010).

2.3 METODOLOGIA

Como roteiro metodológico, construímos um estudo qualitativo exploratório, auxiliado por um exame bibliográfico. A pesquisa qualitativa é uma metodologia exploratória, que mantém o foco em detalhes subjetivos do objeto analisado (ROCHA, 2018). A pesquisa exploratória tem por objetivo conhecer o fenômeno e descobrir novas ideias sobre ele. O estudo bibliográfico é a descoberta de material teórico sobre o assunto de interesse (ALYRIO, 2009).

Realizou-se, nos meses de junho de 2020 a abril de 2021, o levantamento e leitura de artigos completos indexados nas bases SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Google Acadêmico e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Essas bases foram escolhidas por integrarem a produção de diversas áreas

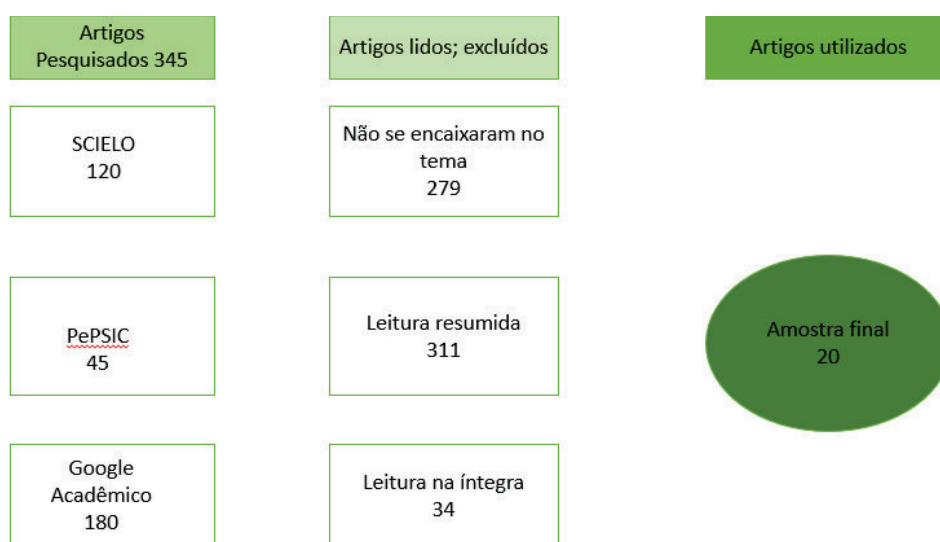
do conhecimento e, principalmente, por serem referências na área acadêmica da psicologia (PePSIC e SciELO), conforme indicado pelo Portal

de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se, em todos os campos das referidas bases, o descritor masculinidade com a aplicação de filtro para publicações entre os anos de 1960 até 2021, tendo em vista a melhor triagem do assunto.

Com base na leitura e na análise dos resumos, foram selecionados os estudos que melhor atendiam aos seguintes critérios de inclusão: (a) publicação na modalidade de artigo científico, (b) aprofundamento do tema e (c) coleta de dados em estudos feitos no Brasil. Como critério de exclusão, não foram admitidos, para a composição final desta pesquisa, artigos que tivessem como foco temas outros, como sexualidade, educação ou cultura organizacional.

A seleção inicial resultou em 345 estudos, dos quais 120 foram da base de dados SciELO, 45 da PePSIC e 180 do Google Acadêmico. Tendo como base a leitura do título e do resumo de cada um, 279 foram removidos inicialmente por não atenderem aos critérios de inclusão, foi feita a leitura na íntegra dos 34 artigos restantes que atenderam aos critérios de inclusão, sendo um excluído pelo fato de ser repetido em duas bases de dados. Na nova leitura dos artigos na íntegra, mais 14 foram excluídos por não terem, como objetivo central, o estudo de como a masculinidade toxica impacta na saúde mental do homem. Dessa forma, a amostra final resultou em 20 artigos. As fases do processo para obtenção dos textos analisados na presente revisão estão demonstradas na Figura 2.1.

Figura 2.1: Número de artigos e as bases de dados utilizadas nesse estudo



Fonte da figura 1 : criada pelos autores

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já citamos muitas características a respeito da masculinidade tóxica. Muitas delas são: insegurança, possessividade, isolamento social, ciúme, baixa autoestima, uso abusivo de álcool e outras drogas, problemas de personalidade, histórico de violência na infância, depressão, ansiedade e o fato de possuírem um olhar estereotipado sobre papéis de gênero. Um traço muito comum é a negação ou a tendência a minimizar o comportamento agressivo, delegando a outra pessoa a culpa do seu comportamento.

A recente pandemia causada pela COVID-19, recomenda o isolamento social para impedir a propagação do vírus, contudo também tem sido associada ao aumento da violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica. A violência se instala onde o poder se retrai e, nesses tempos de pandemia, essa noção é fundamental para buscar compreender o aparelhamento do sujeito, a fragilidade e a destruição da fonte do poder legítimo – as interações humanas mais justas – e a consequente perda da condição humana, relacionadas à crescente violência doméstica (SANTOS *et al.*, 2020).

No mês de abril de 2020 o canal de denúncias de violência contra a mulher (180), teve o seu número de denúncias aumentado em quase 40% em relação ao mesmo mês de 2019, segundo dados fornecidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH). Em março, com o início da pandemia na última semana do mês, o número de denúncias tinha avançado quase 18% e, utilizando o mês de fevereiro, 13,5%, como base de comparação. Esses dados só podem ser medidos pelo volume de denúncias pois é sabido que os números reais escapam das estatísticas dos órgãos de segurança pública (ISTOÉ, 2020).

O motivo principal levantado pela promotora Valéria Scarance, coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo, para que isso ocorra é que com o isolamento social a vítima fica refém do agressor sendo assim impedida de fazer um boletim de ocorrência. Um estudo coordenado pela mesma constatou que no isolamento as prisões em flagrante que envolviam agressões domésticas, aumentaram 51,4% comparado com o mês de fevereiro em que houve inclusive queda de 10% nesse número de prisões por esse motivo. Outro índice que foi aumentado foi o da solicitação de medida protetiva que chegou a 29,5% comparado com o mês de fevereiro antes do início da quarentena (ISTOÉ, 2020).

A maior parte do índice de agressão ocorre quando as características vistas anteriormente se unem a os fatores estressores, que podem ser: desemprego, dificuldades financeiras, conflito íntimo, familiar ou com a lei. Esses fatores podem se tornar um gatilho para o comportamento doentio se desencadear, porém não é a causa principal de tais atitudes. Como principal causa cooperativa desse perfil estão os estímulos e, de certa maneira, o encorajamento por parte da sociedade à exposição da agressividade masculina.

As principais vítimas de acidente e assassinato são do sexo masculino, eles vivem sete anos a menos que a mulher e se suicidam quatro vezes mais, muito tem algum nível de dependência alcoólica. É muito provável que, aqueles que sofreram algum tipo de abuso sexual, levem em média, vinte anos para contar a alguém. Os homens são 95% da população prisional no Brasil, sendo que a maioria são garotos pobres, sem figura paterna, LGBTQI+ e negros (LEITE; CASTRO, 2019).

Segundo o órgão Infosiga SP que recebe e apura dados baseados nos boletins de ocorrência e registros da polícia civil (RDOs) e da Polícia Rodoviária Federal do estado de São Paulo, o índice de homens que se envolvem em acidentes de trânsito é muito superior ao de mulheres visto que em 2017 apenas 6,4% dos motoristas envolvidos nesse tipo de acidente eram mulheres, contra 93,1% de homens (PORTAL DO TRÂNSITO E MOBILIDADE, 2020).

Dados coletados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostrou que a maior parte das vítimas de mortes violentas no Brasil é do sexo masculino, com etnia negra e na faixa etária jovem. Segundo o relatório, a análise seletiva feita por sexo indica que os homens representaram 91,3% das vítimas de assassinato em 2020. Por sua vez, os negros correspondem a 76,2% das pessoas vítimas de homicídio. Encontraram os seguintes números: 5.855 adolescentes entre 12 e 19 anos foram vítimas de óbitos violentos. Também houve registro de 170 assassinatos de crianças abaixo de cinco anos. No total, 54,3% dos mortos estavam na faixa etária de até 29 anos (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) traz estimativas publicadas no relatório “Suicide worldwide in 2019”. A informação é que a cada ano, mais pessoas morrem como resultado de suicídio, superando as mortes por: HIV, malária, câncer de mama - ou guerras e homicídios. Em 2019, ocorreram mais de 700 mil mortes por suicídio: uma em cada 100 mortes, o que levou a OMS a repensar a produção de novas orientações para auxiliar os países a melhorarem as suas políticas de prevenção ao suicídio e os atendimentos emergenciais. Segundo dados apurados mais homens morrem devido ao suicídio do que mulheres (12,6% em comparação com 5,4 das mulheres) (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

Mesmo diante disso, poucos homens conversam com seus amigos a respeito de seus medos e dúvidas. O homem negro é diversas vezes constrangido a declarar-se mais frio, cruel e heterossexual que o homem branco, por conta do padrão racista e machista estabelecido pela branquitude. Os homens passam a sofrer, de forma solitária e em silêncio (LEITE; CASTRO, 2019).

Atos violentos são encarados como elementos comuns do processo de socialização dos homens e da comprovação de masculinidade, interferindo em como os homens cuidam da saúde. Estudos sobre o impacto da violência sofrida em agravos à saúde da população masculina mostram que momentos de agressão se relacionam a sintomas de sofrimento mental de várias formas para trans-

tornos mentais normais e transtornos mentais mais graves (ALBUQUERQUE; BARROS; SCHRAIBER, 2013).

A divulgação de dados coletados pelo IBGE junto com o ministério da saúde no Brasil, revelou que as mulheres procuram mais atendimento médico básico que os homens, 71,2% dos entrevistados haviam se consultado nos últimos 12 pelo menos uma vez. Entre os entrevistados do sexo feminino, o índice foi de 78%, contra 63,9% dos entrevistados do sexo masculino (VEJA, 2015).

Em termos das agressões, são apresentados os episódios de violência doméstica e os de violência urbana, homens em situação de violência por parceira(o) íntima(o) são mais sujeitos a terem sintomas de depressão, a usarem medicação (ALBUQUERQUE; BARROS; SCHRAIBER, 2013).

Abuso de álcool é um traço do perfil de homens que se envolvem em situações de violência. 57,1% das vítimas de agressão física, atendidas em um pronto socorro de São Paulo, haviam ingerido álcool, e 93,3% dessas vítimas eram do sexo masculino (ALBUQUERQUE; BARROS; SCHRAIBER, 2013).

O diagnóstico de transtorno pós-traumático para os homens que sofreram qualquer dessas violências. Abuso físico na infância, violência criminal e múltiplas manifestações de violência vivenciadas conjuntamente foram as formas de trauma mais patogênicas (ALBUQUERQUE; BARROS; SCHRAIBER, 2013).

Um Estudo feito para divulgar o consumo de pornô no Brasil, assim como as preferencias do público em geral, divulgado pelo canal Sexy Hot, mostra que o número dos que assumem consumir pornografia soma vinte e dois milhões de pessoas sendo encontrado um índice de 76% de pessoas do sexo masculino contra 24% de pessoas do sexo feminino. Sendo a maior parte de jovens com menos de 35 anos (58%), de classe média alta (49%) e que está em um relacionamento sério (69%) se intitulam casados ou afirmam estar namorando (G1, 2018).

Um levantamento de dados feito pela Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), 80.904 das crianças que foram registradas nos cartórios do Brasil apenas neste ano, constam a ausência do nome do pai, de um total de 1.280.514 registros, gerando uma taxa de 6,31% de crianças nascidas nesse período, gerando um dado acumulativo de mais de 5,5 milhões de adultos sem o reconhecimento do genitor (METRÓPOLES, 2020).

Consumo de pornografia, sexualidade, assédios, feminicídio, vícios, paternidade e participação da rotina familiar são somente alguns exemplos de tudo o que precisa ser desconstruído historicamente na vida do homem para que ele tenha uma vida feliz e plena (BAPTISTA, 2019)

A teoria social da aprendizagem de Bandura (1973) é extremamente importante para compreender a agressividade humana, pois a mesma irá focar na aprendizagem do ambiente social, aperfeiçoamento e transformação das respostas agressivas. Bandura, Ross e Ross (1961) fundamentaram a predisposição de crianças a imitarem um modelo agressivo, principalmente ocorrendo um aumento da repetição quando o modelo era do mesmo sexo. Com os garotos, a probabilidade da imitação era mais elevada do que com as garotas, o que, de acordo com os autores, seria pelo fato de que as atitudes violentas por parte dos homens são mais aceitas pela sociedade.

David B. Wexler, assegura que as investigações tem constatado que homens que testemunharam brigas entre seus pais manifestam uma maior possibilidade de violência conjugal. Uma parcela grande de autores irá nos dizer que o comportamento destrutivo é passado de geração a geração, como a Deborah Sinclair (1985), que diz que o sujeito aprende a ser violento culturalmente. Essa forma de enxergar nos permite a implementação de novas formas de tratamento, que vai do controle da raiva, a desconstrução dos estereótipos da masculinidade e consequente melhoria da relação entre gêneros (CORTEZ; PADOVANI; WILLIAMS, 2005).

Soares, B.M. (1999) escritora do livro Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança, sugere que, com um procedimento adequado, o homem com tal masculinidade, possa ser entendido como vítima legal e responsável moralmente pelos seus comportamentos e com possibilidade de melhora. Segundo a autora, o agressor é considerado, resultado de um ciclo de aprendizagens inadequadas ao estresse, abuso ou inabilidade psicológica de se relacionar, assim sendo, a construção de um modelo para a assimilação das atitudes violentas é o primeiro passo para um programa de intervenção ou terapia em grupo.

2.5 CONCLUSÃO

Pela observação dos aspectos analisados, podemos perceber que a masculinidade tóxica como aqui apresentada, tem em suas raízes aspectos culturais que levam os homens a construir padrões que podem ser a longo prazo prejudiciais a eles próprios, comprometendo negativamente as suas relações pessoais, familiares, e afetando posteriormente a sua saúde mental. Dentro desse contexto trazido o que pudemos analisar é que para a desconstrução desse estereótipo de masculinidade pode-se utilizar ferramentas de aprendizagem do seu controle da raiva, explicações sobre as relações de gênero, e fazê-lo perceber que apesar de vítima legal, ele também tem responsabilidade moral pelos seus comportamentos e atos, e assim através intervenções de terapias em grupo poder contar com a sua capacidade de melhora pela consciência adquirida. É imprescindível, porém que diante dos argumentos expostos todos se conscientizem de que esse

trabalho se faz necessário para que possa haver mais harmonia nas relações de gênero e diminuição nos índices de sofrimento mental masculino.

2.6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernando Pessoa; BARROS, Claudia Renata dos Santos; SCHRAIBER, Lília Blima. **Violência e sofrimento mental em homens na atenção primária à saúde. Violência e sofrimento mental em homens**, Universidade de São Paulo, 2013.

AGOSTINI, Ana Carolina C D'Agostini. Os impactos da masculinidade tóxica na saúde emocional. **Nova Escola**. São Paulo: Nova Escola, 10 abr. 2019. Mensal. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/16890/os-impactos-da-masculinidadetoxicanaasaudeemocional>: :text=AO

ALYRIO, ROVIGATI; DANILO. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Cecierj, 02 out. 2009. Mensal. Disponível em: <http://www.faculdaderaizes.edu.br/files/images//M>

ALVES, Isabella Nara Costa. **Saúde mental do homem e construção das masculinidades na sociedade e na escola**. Saúde mental do homem, a Faculdade Metropolitana da Grande Recife, 2018.

ALVES, Leonardo Nogueira; ARAÚJO, Carla Sant'Anna; CORDEIRO, Isabel Gonçalves. **Relações de gênero e diversidade sexual: a opressão da mulher lésbica**. Brasil, 2012.

BAÉRE, Felipe; ZANELLO, Valeska. **Suicídio e Masculinidades: Uma análise por meio do gênero e das sexualidades**. Suicídio e Masculinidades, Universidade de Brasília (UnB), 2020.

BANDURA, Albert. **Agressão: uma análise de aprendizagem social**. Englewood Cliffs, NJ.: Prentice Hall, 1973.

BANDURA, A., ROSS, D., ROSS, S. A. Transmissão de agressão por imitação de modelos agressivos. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, 63(3), 575–582, 1961.

BAPTISTA, Rafael Ferraz Baptista. **As percepções de professores sobre as influências das masculinidades tóxicas nas vivências pessoais e profissionais**. Universidade Federal de São Carlos, 2019.

BARBARINI, Neuzi; MARTINS, Daniel Fauth Washington. **Masculinidade como instituição: uma análise conceitual do “ser homem” no Brasil**. Uma análise

conceitual do “ser homem” no Brasil, PUC/PR. Curitiba, Paraná, Brasil, ano 2018, v. 36, ed. 92, p. 221- 222, 2018.

BEZERRA, Edilane Nunes Régis. **Saúde mental masculina: prevalência e vulnerabilidades aos transtornos mentais comuns nos contextos rural e urbano.** Saúde mental masculina, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a dominação masculina.** Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros Rj, 1999.

CORREIO BRAZILIENSE. Maior vítima é masculina. **Correio Braziliense**, [S. l.], Brasil, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/amp/4937942-maior-vitima-e- masculina.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

CORTEZ, Mirian Béccheri; PADOVANI, Ricardo da Costa; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. **Terapia de grupo**, Campinas - São Paulo Brasil, p. 14-20, 2005.

ESTADÃO. **Os efeitos da masculinidade tóxica na saúde do homem.** São Paulo: Estadão, 15 jan. 2020. Mensal. Disponível em: <https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/os-efeitos-da-masculinidade-toxica- na-saude-do- homem/:text=A>

G1. **22 milhões de brasileiros assumem consumir pornografia e 76% são homens**, diz pesquisa. g1, [S. l.], p. Brasil, 17 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop- arte/noticia/22-milhoes-de-brasileiros-assumem-consumir-pornografia-e-76-sao-homens-diz- pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2021.

ISTOÉ. Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. **Istoé Dinheiro**, [S. l.], n. 1245 22.10, Brasil. 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia- denuncias-ao-180-sobem-40/>. Acesso em: 25 out. 2021.

LEITE; CASTRO. Direção de Ian Leite e Luiza de Castro. **O silêncio dos homens.** Produção de Papo de homem e Instituto Pdh. Realização de Monstro Filmes. Coordenação de Ismael dos Anjos. Roteiro: Instituto Pdh. S.l: Papodehomem e Instituto Pdh, 2019. (60 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MACHIN, Rosana; COUTO, Márcia Thereza; SILVA, Geórgia Sibebe Nogueira; SCHRAIBER, Lilia Blima; GOMES, Romeu; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos;

VALENÇA, Otávio Augusto; PINHEIRO, Thiago Félix. **Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde**: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde, Departamento Saúde, Educação, Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2010.

METRÓPOLES. Dia dos Pais pra quem? Com 80 mil crianças sem pai, abandono afetivo cresce. **Metrópoles**, [S. l.], p. Brasil, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/dia-dos-pais-pra-quem-com-80-mil-criancas-sem-pai-abandono-afetivo-cresce>. Acesso em: 25 out. 2021.

MOURA, Renan Gomes. **A Masculinidade Tóxica e Seus Impactos Na Vida Dos Gays Dentro das Organizações**. A Masculinidade Tóxica, Doutorando em Administração pela Universidade do Grande Rio, ed. n. 13, 2018.

MOSSE, G. L. Masculinidade e Decadência In Porter, Roy Teich, Mikulás (orgs.) Conhecimento Sexual, **Ciência Sexual**: a história das atitudes em Relação a Sexualidade São Paulo: UNESP/Cambridge University Press. 1998

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Uma em cada 100 mortes ocorre por suicídio, revelam estatísticas da OMS**. Organização Pan-Americana da Saúde, [S. l.], Washington, D.C., EUA, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2021-uma-em-cada-100-mortes-ocorre-por-suicidio-revelam-estatisticas-da-oms>. Acesso em: 25 out. 2021.

PORTAL DO TRÂNSITO E MOBILIDADE. Estudo aponta que apenas 6,3% dos acidentes de trânsito em SP são atribuídos às mulheres. **Portal do trânsito e mobilidade**, [S. l.], Brasil, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/estudo-aponta-que-apenas-63-dos-acidentes-de-transito-em-sp-sao-atribuidos-as-mulheres/>. Acesso em: 25 out. 2021.

ROCHA, Fátima Niemeyer da; PAULA, Raí Carlos Marques de. **Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva**: os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 10, p. 82-88, 02 dez. 2019. Semanal. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1835:text=uma%20reflex%C3%A3o%20a%20partir%20da%20Psicologia%20Positiva&text=O%20presente%20artigo%20trata%20de,bem%20de%20o%20homem%20contempor%C3%A2neo..> Acesso em: 02 dez. 2019.

ROCHA, Hugo. **O que é Pesquisa Qualitativa, tipos, vantagens, como fazer e exemplos:** Pesquisa Qualitativa. In: O que é Pesquisa Qualitativa, tipos, vantagens, como fazer e exemplos: O que é Pesquisa Qualitativa. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://klickpages.com.br/blog/o-que-e-pesquisa-qualitativa/>. Acesso em: 9 set. 2020.

SANTOS, Dherik Fraga; LIMA, Rita de Cássia Duarte; DEMARCHI, Stephania Mendes; BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira; CORDEIRO, Marcos Vinicius da Silva; SIONI, Marcelo Eliseu; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho.

Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. Masculinidade em tempos de pandemia, Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Vitória, Espírito Santo, 2020.

SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. **Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes.** Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil, 2018.

SANTOS, Willian Tito Maia. **Modelos de masculinidade na percepção de jovens homens de baixa renda.** Modelos de masculinidade, Universidade de Santa Cruz do sul. Barbarói: Revista do departamento de Ciências Humanas, 2007.

SILVA, Sergio Gomes. **A crise da Masculinidade:** Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. A crise da Masculinidade, Instituto de Medicina Social/ IMS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Sergio Gomes. **Masculinidade na história:** a construção cultural da diferença entre os sexos. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos, Brasil, v. 41, ed. spe4, 2000.

SOARES, B.M.. **Mulheres Invisíveis:** violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999

VEJA. **Mulheres cuidam mais da saúde do que homens.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/mulheres-cuidam-mais-da-saude-do-que-homens/>. Veja, [S. l.], p. Brasil, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/mulheres-cuidam-mais-da-saude-do-que-homens/>. Acesso em: 25 out. 2021.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Saúde mental**, Universidade de Brasília, 2012.

Capítulo 3

O CUIDADO COM QUEM CUIDA: A SÍNDROME DE BURNOUT EM CUIDADORES DE PACIENTES COM MORTE ANUNCIADA

Ariadine Eluane Oliveira Costa

ariadinecosta@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

Nívea Maria Afonso Oliveira

niveaoliveira@soumaissantissimo.com.br

Graduanda em Psicologia

Faculdade Santíssimo Sacramento

Fabianno Andrade Lyra

docente.fabiannolyra@fssacramento.br

Mestre em Serviço Social/Política Social (UFPB)

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo salientar a necessidade de implantação de cuidados efetivos com a saúde mental dos profissionais que acompanham pacientes em estágio terminal. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho qualitativa, fundamentada em estudos descritivos e com base bibliográfica. A escolha da temática foi motivada pelo considerável aumento

do número de profissionais que apresentam doenças ocupacionais, como o Burnout, quando do desempenho de cuidados paliativos em pacientes terminais. Os resultados advindos do presente trabalho técnico concluem por uma deficiência na preparação de tais profissionais, seja no treinamento para ingresso inicial, seja no processo experienciado, cotidianamente, quando já no desempenho das funções. Como consequência, há um aumento significativo do adoecimento psíquico e emocional dos cuidadores de pacientes com morte anunciada.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados paliativos. Síndrome de Burnout. Luto. Saúde mental. Visibilidade

3.1 INTRODUÇÃO

A morte faz parte da vida. Em que pese tal certeza, ainda é muito incipiente a preocupação da ciência, no Brasil, com os cuidados paliativos quando a proximidade da morte já se faz certa e esperada. É que, no geral, entre os profissionais da saúde, ainda é bastante controversa, subvertida, a ideia de priorizar, focar na adoção de tratamentos médicos e ambulatoriais que consistam, primordialmente, em oferecer dignidade ao paciente em processo de finitude da vida. A morte ainda é um tabu, talvez por isso, ainda haja muito embate entre a medicina curativa e a paliativa.

Na contramão dessa assertiva, o que se observa é o que o ser humano tem vivido mais. Os avanços científicos e tecnológicos trabalharam no sentido de favorecer a longevidade das pessoas em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, dados do IBGE, de 2019, demonstram que a expectativa de vida do brasileiro atingiu 76,6 anos (para homens, a expectativa é de 73,1 anos e, para mulheres, 80,1). Esse aumento, entretanto, não vem acompanhado da qualidade de vida na idade idosa, especialmente, quando há o diagnóstico de avanço do processo de morrer.

Em 2016, portanto, antes da Pandemia do Coronavírus, eram registrados um milhão de óbitos por ano no Brasil, destes, 650 mil, por doenças crônicas. Sendo que, 70% dessas mortes ocorreram em UTIs de hospitais. Para Rego e Palácios (2006), pasmem, não há na maioria dos hospitais do Brasil uma orientação/diretriz voltada para o cuidado paliativo, não havendo ainda, qualquer informação organizada acerca das vivências dos últimos momentos de vida desses pacientes, seja por eles mesmos ou por familiares e profissionais da saúde. Isto porque, o processo de morrer ainda é encarado como fracasso por parte dos profissionais de saúde, sendo, permanentemente, negado pelos mesmos.

A medicina não pode ser mais encarada, apenas, como uma luta para evitar a morte do paciente e, sim, como um ramo de atuação da ciência que visa propiciar uma vida boa, ainda e, talvez, principalmente, quando a sentença de morte foi estabelecida. A Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP)

divulgou um dado recente que comprova tal estatística ao relatar que menos de 10% dos hospitais brasileiros oferecem uma equipe dedicada a essa atividade. Segundo Quintana Arantes (2017), no cuidado paliativo não há luta contra a doença, o que ocorre, em verdade, é o favorecimento da vida, da felicidade e realidade possíveis. Para a mesma, o cuidado com o paciente terminal deve ser compreendido, sempre, como uma possibilidade, restando recharçada a ideia de que o cuidado paliativo se inicia quando já não há mais o que fazer com o paciente.

O cuidado deve ter foco integral, de forma preventiva e visando controlar os sintomas dos portadores de doenças ameaçadoras da vida, lembrando que, nessa perspectiva, a medicina paliativa não se ocupa só do doente, priorizando todo o seu entorno, familiares, cuidadores e profissionais da saúde, uma vez que há sofrimento e adoecimento de todas as pessoas envolvidas no processo de morte.

E, para viabilizar um cuidado adequado, ágil, gentil, humanizado, há que se formar um grupo multidisciplinar de cuidados paliativos (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas educacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, dentre outros), no intuito de possibilitar a compreensão/aceitação da proximidade da perda de um ente querido e consequentes desdobramentos para o próprio paciente e familiares.

É nesse momento, que os trabalhadores da saúde vão se deparar com um grande desafio, qual seja, o de garantir dignidade às partes envolvidas no processo de morte e perdas decorrentes (físicas, emocionais e espirituais), o que, por certo, poderá acarretar o esgotamento profissional do cuidador e, conseqüente, adoecimento, ante a alta carga de stress a que está submetido. Observe que, no mais das vezes, ele, o profissional de saúde, o cuidador, não foi treinado para atuar nesse setor, sequer sabia, previamente, que lá laboraria, mais ainda, que, uma vez lá, não haveria qualquer estratégia por parte dos contratantes quanto ao auxílio do processo de transposição do luto cotidiano.

Interessante mencionar que, é na fase de cuidados finais, quando os sintomas do paciente ficam mais acentuados, que há um aumento da sobrecarga física/psíquica e o do esgotamento físico, mental e emocional do cuidador. Registre-se ainda, que essa sobrecarga pode ser tanto objetiva, oriunda da simples exigência da atividade do cuidar físico (muitos cuidadores apresentam problemas ortopédicos pelo manejo dos pacientes em leitos médicos), quanto subjetiva, nesse caso, correspondendo às emoções causadas pela atividade do cuidar (FLORIANI, 2004).

Lidar com a morte diariamente é bastante torturante e exaustivo, fazendo surgir nos cuidadores o sentimento de incapacidade diante da situação, decepção e indecisão diante da dor do paciente e do insucesso dos atos profissionais. Suas dificuldades têm relação tanto com a incapacidade individual de enfrentar a inevitável morte, como a falta de estruturação teórica e prática do sujeito para trabalhar com a evolução do adoecimento do paciente.

Diante do exposto é necessário indagar se, de fato, há uma estratégia de cuidado, um preparo, uma atenção eficaz voltada para os profissionais que desempenham ações de cuidados paliativos? Essa pergunta é necessária pela crença, embasada em dados estatísticos recentes, de que há um adoecimento significativo desses profissionais por conta da demanda emocional que esse labor ocupacional causa, mostrando que o estudo desta população é extremamente importante para evidenciar a necessidade de implantação de cuidados com a saúde mental desses profissionais, ainda muito invisibilizados.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 Cuidados Paliativos

A palavra "paliativo" deriva do latim *pallium*, significando paliar, tapar, disfarçar ou encobrir, mais também, amparar, proteger, acolher, abrigar. Historicamente, o termo deriva do "manto" utilizado pelos cavaleiros antigos para enfrentar as tempestades durante as longas viagens.

Segundo a OMS, o cuidado paliativo (CP) objetiva a prevenção e o alívio do sofrimento possibilitado pela identificação precoce e pelo tratamento da dor do paciente em estágio terminal. A intenção é melhorar a qualidade de vida do paciente e dos familiares no processo de morte que se instaurou. Nesse contexto, compete à equipe multiprofissional amparar o paciente, oferecendo cuidados físicos, psicológicos, sociais e espirituais, desde o momento do recebimento do diagnóstico até a partida do paciente, importando, também, em cuidados com familiares e amigos do enfermo, inclusive, após o seu falecimento, no processo de luto, pelo período que for necessário.

Para Byock (2009), a OMS, ao conceituar os cuidados paliativos deixa claro, ainda, que as decisões acerca do processo de morrer devem ser tomadas de maneira compartilhada pela equipe de cuidadores, paciente (quando possível) e pelos familiares, respeitando-se, sempre, os valores étnicos e culturais. O mesmo autor, ressalta, em continuidade, que aspectos espirituais do processo do adoecimento também devem ser observados quando da atribuição de cuidados paliativos.

Extraoficialmente, há registros de cuidados paliativos já na antiguidade, cuidados que visavam o acolhimento, proteção e alívio de sofrimento e, não a cura do paciente. Na idade média, na época das cruzadas, surgiram os "hospícios", espaços onde eram abrigados enfermos, mulheres gestantes, órfãos abandonados e leprosos. Mais adiante, já no Século XVII, um padre francês fundou a Ordem das Irmãs da Caridade, em Paris e, posteriormente, abriu casas para órfãos, pobres e doentes.

Entretanto, foi na década de 1960, no Reino Unido, de forma apartada da medicina curativa e através dos trabalhos da médica Cicely Saunders que se começou a perceber, de forma sistematizada, a adoção de cuidados paliativos

em espaços físicos na Inglaterra, iniciativa coroada com a criação do St. Christophers Hospice, em Londres, em 1967. Na década de 70, a psiquiatra suíça Elisabeth Kübler-Ross, radicada nos EUA e discípula de Cicely Saunders, apresenta os princípios da medicina paliativa ao continente americano, havendo, posteriormente, a disseminação de tais cuidados para diversos países em todo o mundo.

No Brasil, a implantação da medicina paliativista teve início no final da década de 90, ainda estando muito concentrada em tratamentos médicos ambulatoriais específicos para a oncologia. Em que pese, ainda não termos produções legislativas regulamentando os cuidados paliativos, o Conselho Federal de Medicina tem se ocupado disciplinando a prática médica paliativista por intermédio de resoluções, demonstrando a crescente e necessária preocupação médica nesse sentido.

3.2.2 Síndrome de Burnout

A palavra burnout, deriva do inglês “*to burn out*”, significando queimar-se de dentro para fora. Esse termo foi empregado pela primeira vez por Hebert J. Freudenberg, psicanalista alemão, em 1974, após observar que muitos trabalhadores da área de saúde que por ele eram acompanhados em sua clínica, apresentavam um gradual processo de oscilação de humor, cansaço extenuante e desmotivação, provenientes, possivelmente, da falta de reconhecimento profissional. Posteriormente, o Psicanalista acrescentou à lista de sintomas e sinais, a inflexibilidade, irritabilidade e a falta de estímulo.

Atualmente, a conceituação mais utilizada para o burnout é a construída por Christina Maslach, focada em três dimensões da sintomatologia, quais sejam, o esgotamento emocional, a sensação de insatisfação profissional e a despersonalização.

A Síndrome de Burnout (SB) ou Síndrome do Esgotamento Profissional, é um distúrbio emocional ou fenômeno psicossocial que ocorre quando o processo de laborar causa um adoecimento físico e psíquico no trabalhador. Essa síndrome ocorre com frequência em trabalhadores expostos a contato interpessoal direto e intenso, pois atuam sob pressão e com demandas constantes, além de uma grande responsabilidade, atingindo, em regra, os segmentos da área educacional, de saúde, assistência social e segurança pública.

A inclusão da Síndrome de Burnout como doença ocupacional pela OMS na Classificação Internacional de Doenças (CID 11) é recente, passando a vigor a partir de 2022. Para o Órgão, o Burnout é “uma síndrome resultante de um estresse crônico no trabalho que não foi administrado com êxito”. Portanto, relacionado ao contexto profissional, afastando a experiência decorrente de outros espaços da vida.

Alguns dos sintomas decorrentes do Burnout, incluem o cansaço excessivo, físico e mental, alterações no apetite, dores de cabeça frequentes, insônia,

pressão alta, alterações nos batimentos cardíacos, problemas gastrointestinais, dentre outros. Ante a coincidência de tais sintomas e sinais com outras patologias, como ocorre com a depressão, há que se fazer um diagnóstico diferenciado, observando-se, sempre, que o burnout é um transtorno psíquico, desenvolvido gradualmente pela exposição prolongada a fatores estressantes, no ambiente de trabalho.

A Síndrome de Burnout surge como uma resposta aos eventos do trabalho e demandas, que causam um estresse crônico, sendo essa síndrome, uma forma de expressão do indivíduo, de um processo que é contínuo, de sentimentos de inadequação ao trabalho e de falta de recursos para enfrentá-lo.

Para Maslach e Jackson (1996), a SB é constituída de três dimensões: a primeira dimensão é a exaustão emocional (EE): caracterizada por um derrotismo, desamparo, por um forte sentimento de tensão emocional, sensação de esgotamento e de falta de energia e de recursos emocionais para lidar com rotinas da prática laboral; a segunda dimensão é a despersonalização (DS): caracterizada pelo distanciamento emocional de pacientes e colegas, insensibilidade emocional do profissional, cinismo, desumanização, levando-o a um contato superficial e impessoal com quem recebe seus serviços; e por último a baixa realização profissional (BRP): que seria uma avaliação negativa de si mesmo, caracterizada pela sensação de incapacidade produtiva, associada à falta de satisfação e de ânimo com o trabalho e com seu próprio desempenho profissional, cuja sensação de resultados ruins leva a uma sensação de incompetência.

3.2.3 O luto

O luto é um estado emocional bem específico que tem início pela ameaça ou desfazimento de um vínculo de amor, caracterizado pelo enfrentamento da dor da perda. O luto não decorre, exclusivamente, da perda de um ente querido, outros rompimentos também podem ensejar dor maior e sofrimento. As perdas corriqueiras, inclusive, materiais (perda de emprego, falência), o término de um relacionamento, seja ele amoroso ou de amizade, a perda de um animal de estimação, a perda de um membro ou função após um processo cirúrgico, assim como o próprio medo e a realidade da morte podem trazer respostas emocionais compreendidas nos “estágios do luto”.

Todas essas perdas vão afetar de alguma maneira as pessoas e, em que pese a vivência do luto ser um processo individual e único, podendo variar de acordo com a proximidade do ente que se foi, da forma da morte, da personalidade da pessoa que vivencia o luto, dentre outros, há, em regra, reações em comum, que podem ser de ordem física (aperto no peito e na garganta, boca seca, falta de energia), sentimental (solidão, tristeza, raiva, culpa, saudade), comportamental (choro, sonhos, alteração do apetite e no sono) e cognitiva (sensação de que a perda não ocorreu, confusão de pensamentos).

Pois bem. A dificuldade em oferecer significações à morte e ao processo de morrer faz com que o tema da finitude da vida seja evitado constantemente, fato que, dificulta a transformação da compreensão de tal fenômeno nas mais diversas culturas, dificultando, em decorrência, a transposição do processo do luto seja por parte de familiares, seja pelos profissionais da saúde que vivenciam tal processo com muita frequência.

Desde os registros mais antigos da existência humana, na época dos homens das cavernas, a morte já era encarada como perda, desintegração, mas também, lhe era atribuído um caráter de fascínio, mistério, descanso. No período posterior, basicamente, da Idade Média até o Século XIX, a morte passa a ser tema muito presente na realidade das comunidades, em seu cotidiano. Entretanto, com o desenvolvimento das ciências, principalmente a médica, já no século seguinte, houve uma significativa alteração nos “leitos de morte”, havendo, por assim dizer, um deslocamento da morte do paciente que, até então, era esperada em casa, no seio familiar, para o ambiente hospitalar.

Segundo Negrine (2014), os pacientes não eram levados aos hospitais apenas quando possível à submissão a um tratamento terapêutico, e sim, para “esperar” o desenlace da vida em um ambiente estranho ao familiar, tendo em vista a existência de maiores recursos profissionais e de higiene. Para o autor, em que pese o homem ainda continuar negando a existência da morte, a finitude humana, ela não fazia mais parte do cotidiano familiar, prevalecendo, até com certo fortalecimento, a ideia da condição da imortalidade humana.

A nossa civilização, a ocidental, agora já nos séculos XX e XXI persiste em não desejar se ocupar do processo de morte e luto, simplificando esses momentos com a organização material de funerais e sepultamentos, o que ilustra muito bem as palavras de Ariès (2003) no sentido de que morte boa é aquela que não incomoda a sociedade. Para Kubler-Ross (2005), atualmente, “morrer é triste demais sob vários aspectos, sobretudo muito solidário, mecânico e desumano”.

3.3 METODOLOGIA

Com base nos dados que foram levantados e analisados, resta observado que a pesquisa é descritiva, exploratória, explicativa, bem ainda, de caráter bibliográfico. Pelo que, por intermédio dela foi possível conhecer/descrever o fenômeno - adoecimento laboral e sua correlação com a atividade de cuidador de doentes terminais. É também, exploratória e de cunho bibliográfico, porque a discussão acerca do nexos causal mencionado propiciou uma maior familiaridade com o assunto, por intermédio das pesquisas bibliográficas realizadas e, por fim, explicativa porque, assim agindo, identificamos os fatores que contribuem com o fenômeno estudado, buscando compreender as razões dos acontecimentos.

A abordagem, por sua vez, é qualitativa, posto que, se buscou conhecer uma perspectiva interpretativa do fenômeno estudado, ensejando, em decorrência, a

atribuição de significados da correlação do aumento de patologias laborais em profissionais que cuidam de pacientes com morte anunciada.

O método utilizado foi a coleta de material em base de dados em sites especializados, tais como, PePSIC, Sielo, Google acadêmico, Associação Americana de Psicologia. Para tanto, foram utilizadas algumas palavras chaves, a exemplo de cuidados paliativos, Síndrome de Burnout, luto, saúde mental e visibilidade.

De início, o material selecionado foi armazenado digitalmente, sendo, posteriormente, realizada uma pré-seleção, com base na identificação do objeto de estudo. Essa seleção, precipuamente, foi efetivada com a leitura do conteúdo-título-resumo e com o conhecimento das conclusões e resultados apresentados em artigos científicos, revistas e livros selecionados. Da seleção do material foram separados 14 artigos, 4 livros e 4 manual/outras para a construção da discussão. O material selecionado foi enumerado na tabela a seguir (tabela 4.1):

Figura 3.1: Relação quantitativa de obras acerca da temática, levantadas em ambiente virtual

TIPO DE MATERIAL	TOTAL	EXCLUÍDOS	APROVEITADOS
Artigos	24	10	14
Manuais e outros	7	3	4
Livros	8	4	4
total			22

Fonte: Elaborada pelas autoras

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.4.1 Medicina paliativista. Preparação prévia específica para atuação em setores de cuidados paliativos

As primeiras noções sobre a medicina paliativista no Brasil, em caráter ainda experimental, mas de maneira já sistematizada, remontam a década de 90. Nesse contexto, contamos com o pioneirismo do médico e professor Marco Túlio de Assis Figueiredo, responsável pela implantação dos primeiros cursos que abordavam a filosofia paliativista à nível acadêmico, o que ocorreu na Escola Paulista de Medicina - UNIFESP/EPM. Um pouco mais adiante, em 1998, o Ministério da Saúde criou o Instituto Nacional do Câncer - INCA, sendo

instituído, então, um espaço específico para oferecimento de cuidados paliativos, o Hospital IV.

Entretanto, foi com a fundação da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), em 2005, que se começou a estabelecer regulamentações específicas da profissão de cuidador paliativista, bem ainda, se buscou caracterizar o cuidado paliativo enquanto prática sistematizada e se fixar padrões de qualidade exigíveis para a prestação dos serviços assim considerados. Apenas em 2011, a Associação Médica Brasileira reconheceu a Medicina Paliativista como área de especialização no ramo de atuação médica.

Fato é que, ainda há muito desconhecimento e pouco investimento nessa área, o que implica preconceitos quanto aos métodos a serem adotados pela equipe cuidadora, falando-se, de modo equivocado, em prática de eutanásia e de uso irrestrito de opióides.

Dalpai *et al* (2017) defendem a existência de uma grande lacuna na formação do profissional da área da saúde no que diz respeito aos cuidados paliativos. Não há, consoante as autoras, em sua grande maioria, faculdades que ocupem, academicamente, espaços da sua grade curricular com o cuidado humanizado e ativo de pacientes em estágio de terminalidade da vida. Também não há uma conscientização por parte da população de que tais cuidados devem fazer parte da saúde pública humanizável.

A tentativa de humanizar os espaços médicos já é uma realidade nos cursos de medicina, muito embora, ainda se façam tímidos e muito restritos aos cuidados na atenção básica e, na maioria das vezes, não ocupem, ainda, o espaço de uma disciplina acadêmica. Humanizar o atendimento médico é priorizar o paciente, de forma integral, observando a sua singularidade (realidade social e cultural do sujeito), o que exige uma mudança na mentalidade dos agentes de saúde.

Segundo Costa Genezini *et al* (2021), dados obtidos no Ministério da Educação, no ano de 2021, informam que nas 315 Universidades/Faculdades de medicina cadastradas no Órgão federal, apenas 14% possuem a disciplina de cuidados paliativos. As autoras também revelam que apenas 11 estados da federação brasileira possuem cursos de CP nas faculdades médicas, com uma distribuição bem irregular (52% na região sudeste, 25% na região nordeste, 18% na região sul, 5% na região centro-oeste e nenhum registro na região norte).

Outro aspecto salientado por Costa Genezini *et al* (2021) é que, em que pese a obrigatoriedade da disciplina de cuidados paliativos em 61% das escolas de medicina, a carga horária é baixa, em média de 46,9 horas, sendo ministradas, em regra, em sala de aula, com noções de tanatologia, finitude, oncologia, doenças crônicas, dentre outros.

Os profissionais de cuidados paliativos precisam demonstrar amplo conhecimento na identificação dos sinais e sintomas da fase terminal de vida dos pacientes, ter habilidade para controlá-los, minimizando dor e sofrimento, o que exige um vasto conhecimento nas áreas de fisiopatologia, farmacologia, ciclos da vida, geriatria, finitude, senescência. Para MacPherson *et al*, se faz

imprescindível a integração do ensino na grade curricular, sendo recomendado um amplo conhecimento na área de controle de sintomas e da dor, com início desde as primeiras notícias de uma ameaça de morte por adoecimento.

Em pesquisa realizada nos sites de três faculdades baianas renomadas de medicina (UFBA, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e UNIFACS), a disciplina cuidados paliativos não é apresentada como disciplina obrigatória, podendo ser optativa, com carga horária média de 40 horas.

Para além de um consistente conhecimento médico-científico, é imprescindível, frente o contato com o processo de finitude da vida, que o profissional cuidador, desenvolva habilidades humanitárias e emocionais, o que não tem sido priorizado nos espaços de aprendizado na área de saúde. Em regra, não há um setor específico de CP nos hospitais, não há formação acadêmica com observância de tais conteúdos, não havendo ainda, qualquer acompanhamento das equipes multiprofissionais que já atuam nesse campo para auxílio do enfrentamento da morte e do processo de luto.

Faria e Figueiredo (2017) sustentaram, em sua pesquisa, que os universitários e trabalhadores da área de saúde têm expectativa de receberem, já na graduação, auxílio prático clínico para o subsídio profissional quando do enfrentamento do processo de morrer. Afirmam as autoras que a percepção da morte como processo natural/decorrente da vida, reduzirá o sofrimento dos cuidadores, restando, tão somente, compreender e cuidar, na medida do possível, da dor física do paciente.

O CREMEB Bahia, no ano de 2019, divulgou dados acerca da existência de espaços de cuidados paliativos no Estado, especialmente, na capital baiana, incluindo tratamentos realizados no hospital (em enfermarias), assistência domiciliar e ambulatorial. Os dados que constam da tabela abaixo, sinalizam uma limitação relevante quanto a implantação de cuidados paliativos, especialmente quando observamos os cuidados oferecidos em redes públicas de assistência à saúde (Figura 4.2).

CAPÍTULO 3. O CUIDADO COM QUEM CUIDA: A SÍNDROME DE BURNOUT EM CUIDADORES DE PACIENTES COM MORTE ANUNCIADA

Figura 3.2: Cuidados paliativos ofertados no Estado da Bahia, em Salvador, em espaços públicos e privados

Local	Modelo Assistencial	Equipe	Fonte Financiadora
Hosp. Aliança	Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares
Hosp. Aristides Maltez	Domiciliar Ambulatório Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS
Hosp. Instituto Córdio-Pulmonar	Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares
Hosp. das Clínicas	Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS
Hosp. Jorge Valente	Domiciliar Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares
Hosp. Roberto Santos	Ambulatório Interconsulta	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS
Hosp. Sto. Antônio (OSID)	Ambulatório Interconsulta Enfermaria	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS
Hosp. Santa Izabel	Enfermaria Própria Ambulatório Interconsulta	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares Sistema Público de Saúde - SUS
Hosp. São Rafael	Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares

Fonte: Adaptado de CREMEB (2019)

continua

Figura 4.1: Cuidados paliativos ofertados no Estado da Bahia, em Salvador, em espaços públicos e privados

Local	Modelo Assistencial	Equipe	Fonte Financiadora
Hosp. Português	Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares
Clínica AMO	Ambulatorial	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde
Clínica NBO	Ambulatório	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde
Assiste Vida Home Care	Domiciliar	Médico, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista e assistente social	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares
Núcleo Assistencial de Pessoas com Câncer/NASPEC	Enfermaria	Médico, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista e assistente social	Voluntariado Doações
Clínica Florence	Enfermaria Apartamentos	Equipe Multidisciplinar	Operadoras de Plano de Saúde e Particulares
Hosp. Aristidez Maltez (ONCO-PEDIATRIA)	Interconsultas	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS
Matern. de ref. Prof. José M. de Magalhães Neto	Interconsultas Enfermaria	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS
Hosp. Martagão Gesteira	Interconsultas Enfermaria	Equipe Multidisciplinar	Sistema Público de Saúde - SUS

Fonte: Adaptado de CREMEB (2019)

Outra questão relevante a ser abordada é a inexistência de uma regulamentação legal dos serviços de cuidados paliativos no Brasil. Segundo a Academia Nacional de Cuidados Paliativos, ANCP, essa regulamentação, quando vier, poderá servir, por exemplo, para determinar a ampliação dos serviços médicos e ambulatoriais, dessa ordem, por parte dos planos de saúde, em todo o território nacional. A ANCP, inclusive, sinaliza que a destinação de setores específicos em hospitais para tais fins, a exemplo de enfermarias, importará na redução de gastos com a saúde, sejam eles públicos, sejam privados.

Muito recentemente, em 31/10/2018, o SUS, através da Resolução n. 41, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), firmada entre União, Estados e Municípios que compõem a Federação brasileira, pactuaram uma meta, qual seja, a de oferecer cuidados quando da terminalidade da vida, pelo sistema SUS, em toda a Rede de Atenção Básica.

3.4.2 Rotina do cuidador. Sobrecarga de trabalho. Produção e coprodução do adeus. Stress. Adoecimento. Síndrome de Burnout. Estratégias de enfrentamento.

Muitos são os fatores que causam a Síndrome do Esgotamento Profissional em profissionais da saúde que cuidam de pacientes sem possibilidade de tratamentos terapêuticos. Lima da Silva *et al* (2012) aponta, desde a evolução hospitalar pela busca incessante de ganhos financeiros, o que implica a redução de custos com pessoal e material e a exigência do cumprimento de escalas de trabalho desumanas, à falta de preparo técnico, emocional, físico e mental desses trabalhadores para a lida diária com a morte e seu processo.

O advento de uma sociedade cada vez mais capitalista e competitiva, acende um sinal de alerta nos trabalhadores que buscam produzir cada vez mais, assumindo vários postos de trabalho, o que implica uma redução no tempo disponível para a prática de atividades de lazer. Por certo, o resultado dessa tendência é o decaimento da qualidade de vida e o desenvolvimento de doenças ocupacionais, como a Síndrome do Esgotamento Profissional.

Spinetta *et al.* (2000), afirmam que, no tratamento de crianças com câncer, destacam-se como fatores estressores e, portanto, como causa de Burnout: a natureza das atividades de cuidados desempenhadas em um contexto de gravidade da doença e provável morte, marcada por uma exigência velada de parecer bem frente pacientes e familiares, demonstrando absoluto controle da situação; tem-se ainda, a inadequação da interação social entre a equipe, a verticalização das relações de forma autoritária, a tensão, o ambiente hostil em equipe, a exiguidade de tempo para elaboração e compreensão das experiências vivenciadas diuturnamente e, por fim, as características individuais de cada membro da equipe, a inexistência de conhecimento técnico prévio em cuidados paliativos, a elevada expectativa depositada na relação laboral.

Os fatores de risco que mais prevalecem na Síndrome do Esgotamento Profissional, no contexto de cuidados paliativos, são a inadequação da formação do profissional, a falta de harmonia entre cuidadores, enfermos e a família do último e a precariedade de auxílio emocional (COSTA GENEZINI *et al*, 2021).

Segundo Quintana, Kegler, Santos e Lima (2006) a falta de habilidade técnica e emocional para lidar com a proximidade da morte do paciente pode desencadear duas consequências nos cuidadores: a primeira, o sentimento de fracasso, de falta de controle, de incapacidade pela impossibilidade de cura. Daí decorrendo, no mais das vezes, o afastamento/abandono do paciente à sua própria sorte. E, em segundo caso, como consequência, o afastamento do cuidador do enfermo, inviabilizará a oferta de dignidade quando da proximidade da morte, ante o não conhecimento das queixas, pretensões, culpas, vontades e significações do paciente e familiares frente ao evento próximo e inevitável.

Roberta Zorzetti *et al* (2018) apresentam, em uma tabela (3.3, os impactos à saúde percebidos em pacientes e cuidadores quando do despreparo para atuar nos espaços de medicina paliativista. Essas consequências, consoante os autores, sob a perspectiva dos cuidadores, pode causar a “fadiga por compaixão”, marcada pela esgotamento, o cinismo e a ineficiência que se prolonga como reflexo do stress emocional e interpessoal crônicos provenientes da atividade laboral.

Figura 3.3: Possíveis consequências da não avaliação das respostas emocionais da equipe médica no cuidado do paciente e no bem-estar da equipe assistente

Impacto no cuidado ao paciente	Impacto no profissional de saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualidade no cuidado • Falha em identificar valores paciente/família-específicos que influenciam a tomada de decisões • Metas de cuidados incoerentes • Uso exagerado e inapropriado de técnicas para prolongar a vida • Descrédito do sistema de saúde e da profissão médica por parte do paciente e familiares • Aumento de complicações e de tempo de internação 	<ul style="list-style-type: none"> • Solidão no âmbito profissional • Perda de significado e missão da profissão médica • Confusão acerca dos objetivos da medicina • Cinismo, desamparo, desesperança e frustração • Raiva/rancor em relação ao sistema de saúde e a prática da medicina • Perda da percepção do paciente como outro ser humano

Fonte: Adaptado de Zorzetti *et al* (2018)

A sobrecarga física e emocional a que estão sujeitos esses trabalhadores é imensa. Eles cuidam, não só do paciente em estágio terminal, mas de toda a sua família. Os familiares, na medicina paliativista, participam ativamente das ações de cuidado ao enfermo e, portanto, também vão precisar de cuidados

pela equipe multiprofissional de saúde. Kappaun Nadia e Gomez Carlos (2013) chamam a atenção para o fato de que, nesses espaços de cuidados, o número de “pacientes” deve sempre ser contato em dobro, o enfermo e seu familiar. Para os autores, há uma imensa carga de trabalho impossível de ser quantificada, de ser prevista de forma antecipada, porém inegável.

A coprodução do adeus, tem início com o diagnóstico do paciente, se estende por todo o acompanhamento do processo de morrer, permanecendo, inclusive, no pós-morte (notícia do falecimento, preparativos físicos do corpo do “de cujus”, assistência ao luto, com o fornecimento de informações burocráticas acerca do sepultamento e de solicitação de benefícios previdenciários, por exemplo).

Pesquisas concluíram que os profissionais que trabalham em UTIs pediátricas são os mais propensos a desenvolverem o esgotamento/exaustão emocional. Quanto mais experiente o cuidador, o que se dá, em regra, quando do atingimento da idade de 35 anos, menor a tendência à exaustão e despersonalização. Houve também uma associação entre a baixa realização profissional e altas jornadas em UTIs. No mesmo sentido, associou-se o gênero masculino em cuidadores da área de enfermagem à redução da satisfação profissional (ALVERES *et al*, 2020)

Em continuidade, houve associação da regularidade da prática de atividades físicas à despersonalização e ao esgotamento emocional. Os autores também remetem a inexistência de pós-graduação em cuidados paliativos em médicos que atuam nas UTIs ao sentimento de menor realização profissional. Outro dado relevante apresentado pelos pesquisadores é que, na Bahia, 63,3% dos médicos intensivistas, apresentam o Burnout, enquanto que, em Maceió, o percentual é de 70%.

Dados obtidos em outro estudo científico realizado em técnicos de enfermagem em um hospital público de São Paulo revelam que 5,9% dos cuidadores foram diagnosticados com Burnout, 23,6% com elevada exaustão emocional, 21,9%, com elevada despersonalização e 29,9%, reduzida taxa de satisfação profissional. O desgaste emocional estava, significativamente, atrelado ao ambiente de trabalho e existência ou não de companhia afetiva; por sua vez, a despersonalização, a existência de prole e de problemas de saúde e, por derradeiro, a baixa satisfação profissional, ao setor de trabalho e ao número de empregos (FERREIRA; LUCCA, 2015).

Como fatores de proteção à Síndrome de Burnout são listados: o fortalecimento do trabalho em equipe, a criação de espaços para expressão de sentimentos, reconhecimento e elaboração do luto, formação adequada, reuniões para discussão de satisfação profissional, autocuidado, prática de atividades físicas, conscientização das próprias atitudes e crenças sobre a morte, religiosidade, estabilidade laboral, redução da jornada de trabalho e ambiente físico adequado (COSTA GENEZINI *et al*, 2021).

Como estratégias de intervenção, Kovács (2010), aponta a atuação de Psicólogos com a equipe de cuidados paliativos, a prática de dinâmica de grupo,

o atendimento individual do cuidador, plantão psicológico, atividade de lazer, psicoterapia, a oferta de cursos, workshops, supervisão e Grupos de Balint.

3.5 CONCLUSÃO

O aumento da expectativa de vida do brasileiro tem contrastado com a evolução da medicina paliativista no Brasil. Até 2025, o que se espera, segundo dados do IBGE, é que o Brasil seja o sexto país do mundo em número de idosos. O envelhecimento da população é uma realidade que não vem acompanhada do aumento da qualidade de vida. O interesse pela adoção e prática de cuidados paliativos na área de saúde ainda é muito controverso e pouco estimulado. Os olhos dos cientistas ainda estão voltados para a medicina curativa. A morte ainda significa, para muitos que atuam nesse ramo profissional, um tabu, um mistério, um fracasso.

A negligência de cuidados com os pacientes em terminalidade de vida também alcançam os cuidadores. Não há, quando da formação acadêmica, conteúdos voltados para a medicina paliativista e quando existentes, as cargas horárias são insuficientes à compreensão técnica e emocional do processo de morrer. Essa lacuna tem sido responsável pelo crescente adoecimento da categoria da saúde que cuida de paciente em estágio terminal.

Cabe ao cuidador, usando o conhecimento aprendido na graduação ou em curso de formação técnica, tomar decisões que signifiquem/garantam a dignidade de vida a quem tem a morte anunciada. Para tanto, deve evitar procedimentos terapêuticos ineficazes, dolorosos e, meramente protelatórios. Deve, ele, o cuidador, aceitar a finitude como processo natural da vida, bem ainda, reconhecer as limitações da ciência médica frente a doenças que ameaçam a vida do enfermo, proporcionando, sempre, os benefícios possíveis para diminuir a dor e o sofrimento do paciente e de sua família. A condição multidimensional do sofrer humano perante o diagnóstico de morte certa, é impactante. Sem dúvida, não é uma tarefa fácil.

Portanto, evidenciada se faz a necessidade premente de investimentos por parte do Governo e das instituições privadas de ensino na ampliação dos conteúdos de cuidados paliativos e decorrente qualificação na equipe de saúde.

Mas isso não basta. Necessário também que haja uma redução na jornada de trabalho dos cuidadores, que haja, ainda, ampliação da equipe multidisciplinar e valorização dos serviços prestados, estimulação da realização de trabalho em equipe, criação de oportunidades e espaços para que o cuidador possa falar das suas dúvidas e angústias provenientes do cuidar de pessoas com morte anunciada, do seu vazio profissional, facultando, ainda, o atendimento individual do cuidador e a instituição do plantão psicológico.

Diante dos dados coletados, pode-se afirmar que há uma vulnerabilidade dos cuidadores de pacientes em finitude da vida às dimensões da Síndrome de

Burnout. Essas conclusões reforçam a necessidade de efetivação de pesquisas epidemiológicas, de acompanhamento dos profissionais e do estabelecimento de ações de intervenção e prevenção adequadas ao fenômeno estudado.

3.6 REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS. **Ancp e Cuidados Paliativos no Brasil**. ANCP, (s.d.). Disponível em: <https://bit.ly/2C0735q>.

ALVARES, Maria Emília Miranda *et al.* Síndrome de burnout entre profissionais de saúde nas unidades de terapia intensiva: um estudo transversal com base populacional. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 251-260, June 2020.

ARIÉS, P. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003

BYOCK, I. **Principles of Palliative Medicine**. In: WALSH, D. *et al.* Palliative Medicine [An Expert Consult Title]. Philadelphia, USA: Saunders Elsevier, 2009. p.33-41.

DALPAI, D; MENDES, F.F; ASMAR, J.A.V.N; *et al.* Dor e cuidados paliativos: o conhecimento dos estudantes de medicina e as lacunas da graduação. **Revista Dor**, v.18, n.4, p. 307-310, 2017.

FARIA, S. S.; FIGUEIREDO, J. S.. **Aspectos emocionais do luto e da morte em profissionais da equipe de saúde no contexto hospitalar**. Universidade CEUMA. 2017.

FERREIRA, N. N; LUCCA, S. R. **Síndrome do esgotamento profissional e fatores associados em técnicos de Enfermagem de um hospital público do Estado de São Paulo**. 2015. 92 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/312039>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FLORIANI, C. **Cuidado Familiar**: sobrecarga e proteção. Revista Brasileira de Cancerologia. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Em 2017, a expectativa de vida era de 76 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LIMA DA SILVA, Jorge Luiz; CAMPOS DIAS, André; REIS TEIXEIRA, Liliane. Discussão sobre as causas da Síndrome de Burnout e suas implicações à saúde do profissional de enfermagem. **Aquichan**; 12(2):144-159, may.-ago. 2012.

KAPPAUN, NÁDIA ROBERTA CHAVES ; GOMEZ, CARLOS MINAYO . O trabalho de cuidar de pacientes terminais com câncer. **Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)** , v. 18, p. 2549-2557, 2013.

KOVÁCS M.J. Sofrimento da equipe de saúde no contexto hospitalar: cuidando do cuidador profissional. **O Mundo da Saúde**, v. 34, n. 4, p. 420-429, 2010.

KUBLER-ROSS, E.. Sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 2005.

MACPHERSON A, Lawrie L, Collins S, Forman L. Teaching the difficult-to-teach topics. **BMJ Support Palliat Care**. 2014;4(1):87-91. doi: 10.1136/bmjsp-care-2012-000408.

COSTA GENEZINE, Debora Genezini Costa, SALMAN, Samir Maciel; **Estratégias de Prevenção, identificação e manejo do Burnout nos cuidados paliativos**. In: Anais do Congresso Internacional de qualidade em serviços e sistemas de Saúde, 2017, . Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/qualihosp/papers/estrategias-de-prevencao-identificacao-e-manejo-do-burnout-nos-cuidados-paliativos?lang=pt-br> Acesso em: 23 nov. 202

MASLACH C, Jackson SE, Leiter M. **Maslach Burnout Inventory Manual**. 3 ed. Palo Alto: Consulting Psychologist Press; 1996.

NEGRINE, M.. A significação da morte: um olhar sobre a finitude. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 1, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/6592/pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

QUINTANA ARANTES, A.C. **A morte é um dia que vale a pena viver**: E um excelente motivo para se buscar um novo olhar para a vida. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2019.

QUINTANA, A. M., Kegler, P., Santos, M., S., Lima, L. D.. Sentimento e percepções da equipe de saúde frente ao paciente terminal. **Paidéia (Ribeirão Preto)**. V. 16, n. 35, Ano 6. 2006. Acesso em: 12 nov. 2008.

REGO, S.; PALÁCIOS, M. A finitude humana e a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.22, n.8, p.1755-60, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000800025&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0102311X2006000800025>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SPINETTA, J. J., Jankovic, M., Arush, M. W. B., Eden, T., Epelman, C., Greenberg, M. L., *et al.*. Guidelines for the recognition, prevention, and remediation of burnout in health care professionals participating in the care of children with cancer: report of the SIOG working committee on psychosocial issues in pediatric oncology. **Medical and Pediatric Oncology**, 35(2), p. 122-125, 2000

ZORZETTI, Roberta ; MANFRO, P. H. G. Processo de perdas e morte em cuidados paliativos: Paciente, família e equipe assistente. **Acta Médica ATM**, 2018, 03 dez. 2018.

Capítulo 4

OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E NA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Luiz Eduardo de Almeida Florêncio

lalmeidaflorencio@gmail.com

Graduando em Direito (FSSS)

Gustavo Carneiro Ramos de Almeida

gustalmeida29@gmail.com

Graduando em Direito (FSSS)

Cristiano Aragão Schramm Almeida

cristianoschramm@hotmail.com

Especialista em Direito do Trabalho (UNIFTC)

Caio Cezar Sales Machado

caiomachado516@gmail.com

Graduando em Direito (UCSAL)

Fábio da Silva Santos

fabiosantosdireito@gmail.com

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: O presente artigo busca analisar os efeitos e desdobramentos da Lei n. 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista, sobre as organizações sindicais brasileiras. A novel legislação atingiu diretamente os sindicatos, redefi-

nindo suas prerrogativas em diversos segmentos, especialmente em relação ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical e a restrição de representação dos trabalhadores nas negociações coletivas. Foi necessário compreender o processo de desenvolvimento dos sindicatos sob a perspectiva histórica a nível nacional e internacional. Bem como tratar sobre a importância da contribuição sindical no financiamento dos sindicatos e o papel das entidades sindicais na relação justabalhista por meio da negociação coletiva nos conflitos. A fim de dirimir as controvérsias acerca do tema, foi imperioso realizar uma comparação entre o período de antes e após a reforma trabalhista. O percurso metodológico foi desenvolvido pelo método de revisão bibliográfica, acompanhado de uma pesquisa exploratória e explicativa. Pode-se concluir que a extinção da contribuição sindical obrigatória e a ausência de entidades sindicais na negociação coletiva, contribui para a fragilidade dos sindicatos e na ineficácia na defesa dos interesses econômicos e sociais da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Representação Sindical. Imposto Sindical. Contribuição Sindical Facultativa.

4.1 INTRODUÇÃO

Com o advento da lei n. 13.467, sancionada em 13 de julho de 2017, importantes mudanças ocorreram na seara trabalhista, as inovações trazidas pela novel legislação impactaram substancialmente diversos segmentos do direito do trabalho. Nesse contexto, os sindicatos foram os que mais sofreram com essas alterações, apesar de não se tratar de uma reforma sindical.

Os sindicatos são importantes instrumentos na preservação dos interesses econômicos e sociais da classe trabalhadora, por exemplo, eles são os responsáveis por prestar inúmeros serviços aos seus associados, oferecendo assistência jurídica, médica e até mesmo tratamento odontológico, dentre outros benefícios. Entretanto, para custear toda essa demanda as entidades necessitam de recursos financeiros, antes da reforma trabalhista a principal fonte de custeio era a contribuição sindical obrigatória.

Com a reforma trabalhista a contribuição sindical passou a ser opcional, desse modo, apenas pode ocorrer o desconto por meio de autorização prévia e expressa do empregado. Logo, restou estabelecido que o trabalhador possui o direito de escolher se quer ou não contribuir. Dessa forma, a novel legislação determinou que sem sua expressa e prévia anuência, não ocorrerá qualquer desconto salarial estabelecido, nem mesmo por intermédio da convenção e acordo coletivo. As alterações promovidas também incidiram nas negociações coletivas de trabalho e admitiram a ausência das entidades sindicais nessas situações.

Dessa forma, o presente estudo busca responder a seguinte questão: em que medida as modificações, estabelecidas pela reforma trabalhista, provocaram mudanças no sindicalismo no Brasil? Que impactos essas alterações terão?

Na tentativa de encontrar respostas a essa indagação, a presente pesquisa assumiu como objetivo geral: analisar os efeitos e desdobramentos da Lei n. 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista com significativas alterações no contexto social de empregados e empregadores. Foram elaborados os seguintes objetivos específicos: estudar a evolução e desenvolvimento do sindicalismo no Brasil; verificar o papel dos sindicatos na arrecadação da contribuição sindical, e da negociação coletiva; e analisar os impactos da reforma trabalhista em decorrência do fim da obrigatoriedade da contribuição sindical e da restrição a participação dos sindicatos nas negociações coletivas.

Foi necessário, portanto, para alcançar a finalidade deste estudo, o percurso metodológico no qual foi desenvolvido pelo método de revisão bibliográfica, acompanhado de uma pesquisa exploratória e explicativa sobre as consequências das inovações trazidas nas relações sindicais, em especial, no fim da compulsoriedade da contribuição e sobre a participação das organizações sindicais na negociação coletiva.

4.2 EVOLUÇÃO DO SINDICALISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Ao longo do tempo os sindicatos passaram a ter autonomia e a exercer um importante papel nas relações trabalhistas. Entretanto, nem sempre foi assim, no período pós Revolução Francesa, países como Inglaterra e França passaram a proibir qualquer tipo de formação sindical, essa fase representou a primeira fase de desenvolvimento das associações sindicais. A proibição dos sindicatos se baseava na ideia de que os mesmos defendiam pensamentos opostos ao movimento.

Delgado (2019) pondera que a fase da proibição sindical foi um período extremamente difícil, tendo em vista, que as ordens jurídicas não reconheciam a validade das associações sindicais e tipificam a prática de atos sindicais como crime. Na França, o grau de proibição foi tão rígido que no ano de 1791 houve a criação da Lei *Le Chapelier*, tal lei foi a responsável por abolir as corporações de ofício, uma vez que foram entendidas como algo distante da noção do trabalho efetivamente livre.

A França passou a criminalizar as coalizões operárias, por meio do Código Penal Napoleônico, em 1810. As proibições as organizações sindicais também eclodiram na Inglaterra, o *Combination Act*, de 1799, por exemplo, teve como finalidade interditar as associações sindicais de trabalhadores livres e de forma similar a França defendia a noção plena de trabalho.

Cumprir pontuar que “em um primeiro instante, também ocorreu na Inglaterra à proibição de um novo tipo de associativismo, formado por trabalhadores livres, mas assalariados, os sindicatos” (DELGADO, 2019, p. 1621). Ainda, em uma breve digressão histórica observa-se que mesmo diante da proibição, os sindicatos continuaram funcionando em sigilo e passaram a ser mais tolerados juridicamente, ocorrendo até mesmo sua descriminalização.

Nesse íterim, surgiu a segunda fase do sindicalismo no ocidente. Tratando-se, de uma fase de transição, em direção ao pleno reconhecimento do direito de livre associação e de auto-organização dos sindicatos. Segundo Delgado (2019) a Inglaterra, foi novamente pioneira nesse processo, extinguindo o delito de coalizção de trabalhadores na década de 1820.

Ressalte-se que, ultrapassada a transição anterior, ocorreu o reconhecimento do direito de coalizção e livre organização sindical, essa foi a terceira fase de desenvolvimento. Nesta fase de liberdade e autonomia sindicais firmase, como regra geral, na segunda metade do século XIX, e eclodiu por diversos países europeu sendo o período de maior afirmação sindical. Por sua vez, com os Estados liberando a presença de organizações sindicais, estes se tornaram uma força relevante na defesa do regime democrático tanto no Brasil, quanto em âmbito internacional.

Nessa linha de raciocínio, pondera Melek (2018):

As organizações sindicais possuem relevantes atuações históricas em defesa do regime democrático, tanto em âmbito internacional, quanto nacional. Exemplo de participação na institucionalização democrática dá-se também na França, no início do século passado, quando entidades sindicais se alinharam à luta de resistência ao nazismo. Não somente as liberdades civis, mas também os direitos sociais e a própria liberdade de organização sindical foram objeto de reivindicações destas organizações de trabalhadores (MELEK, 2018, p. 09)

Assim, percebe-se que os sindicatos foram importantes ferramentas na evolução e progresso da humanidade, participando de forma ativa no exercício democrático e lutando contra movimentos radicais e autoritários no decorrer da história. Inclusive, tendo sido essencial à luta de resistência contra o nazismo instaurado na Europa.

Ao historiar o sindicalismo brasileiro, Oliveira (2017) destaca que grande parte dos sindicatos sofreram represálias de modo político e jurídico, assim, por vezes comprometeu as lutas dos trabalhadores e uma boa relação entre estes e seus empregadores. No processo de instauração dos sindicatos no Brasil,

houve uma série de transformações no final do XIX e início do século XX que influenciaram na maturação do direito coletivo do trabalho e nas organizações sindicais.

Ainda nesse contexto, Leite (2018) dispõe que devida a intensa migração de europeus, deu-se início ao marco para o desenvolvimento do sindicalismo nacional. Os primeiros sindicatos legalmente reconhecidos foram os sindicatos rurais, em 1903 e os sindicatos urbanos em 1907. No período de 1930 “o modelo sindical brasileiro acabou sofrendo uma forte influência do corporativismo italiano (fascismo), resultando em acentuada interferência estatal na sua organização e funcionamento” (LEITE, 2018, p. 677).

Pontue-se que, com a Revolução de 1930 observou-se uma maior organização dos sindicatos no Brasil, por meio do Decreto 19.770, de 19.03.1931, responsável por distinguir de forma mais nítida os sindicatos de empregados e de empregadores. Desse modo, foi preciso exigir o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho sob a égide da Constituição de 1934 garantindo a pluralidade e a autonomia sindicais.

Para Delgado (2001) o molde que foi estruturado ao longo das décadas de 1930 e 40, baseava-se em um período autoritário que não conseguiu comportar a consagração de princípios essenciais à própria existência na seara justralhista. Desse modo, as noções jurídicas da liberdade de associação sindical e de uma maior autonomia para seus associados ficaram restritas pelo que estava na lei e pouco permitiram seu desenvolvimento e maturação.

A análise da evolução do sindicalismo brasileiro nas constituições pátrias, apresenta um histórico de mudanças significativas, desde a primeira carta política Federal brasileira de 1824 até a atual Carta de 1988. A Constituição Imperial de 1824, marcando o início do processo constitucional instituiu a abolição das corporações de ofício e reconheceu a liberdade de trabalho. Na mesma linha formal, a Constituição Republicana de 1891 teve foco na preocupação de derrogar a tipificação da greve como ilícito penal.

A carta política de 1934 foi à responsável por eliminar dos focos de resistência à estratégia político-jurídica vigente do Estado de sítio. A constituição de 1946 permitiu liberdade de associação com corporativismo enquanto, a de 1967 estabeleceu o direito a greve com algumas ressalvas. Com a chegada da Constituição Brasileira de 1988, reconhecida como a constituição cidadã, consagrou-se novos direitos as entidades sindicais, porém com algumas restrições.

Observa-se que a partir de uma análise da constituição cidadã é perceptível que há de fato, algumas restrições e limitações impostas à liberdade de fundar sindicatos. Assim, na contemporaneidade infere-se que desde a promulgação da constituição federal de 1988, há uma liberdade sindical de uma forma relativa. Martinez (2018) menciona que a própria Constituição ressalvou algumas inge-rências, notadamente sob a autonomia de que dispõem as entidades sindicais para sua fundação e para alguns itens de sua administração interna.

Contudo, o texto constitucional permitiu uma estruturação sindical composta por sindicatos, federações e confederações dos trabalhadores e dos empregadores, garantindo uma participação de igualdade material das representações tanto de capital, quanto de trabalho. Assim sendo, tal arcabouço estrutural permitiu o diálogo em nível paritário desses seres coletivos, não havendo lado hipossuficiente.

Percebe-se que, a Constituição de 1988 trouxe uma série de mudanças significativas no cenário do sindicalismo, ainda que com restrições. Entretanto, no Brasil vê-se que a presença das entidades sindicais passaram a existir em excesso. Ressalte-se que atualmente, conforme enfatizam Rocha e Linhares (2018) o país possui cerca de dezessete mil sindicatos, número cem vezes mais que os Estados Unidos, que tem população e número de trabalhadores superiores às do Brasil.

4.2.1 Conceituação dos sindicatos e seu papel na arrecadação da contribuição sindical e negociação coletiva

Vários autores conceituam de forma distinta o sindicato. Alguns estudiosos defendem que é uma instituição ou associação, que tem caráter profissional e protege os interesses de toda uma classe. Entretanto, também existe o entendimento que o sindicato é um tipo de associação profissional e, que reconhecida pelo Estado torna-se investido de prerrogativas e obrigações legais, como representante legal.

Na concepção de Nascimento, Amauri e Filho (2011) sindicato é uma organização constituída com a finalidade de defender os interesses trabalhistas e econômicos nas relações coletivas. Nas palavras de Leite (2018) o sindicato constitui espécie do gênero associação, cuja missão precípua é a defesa dos interesses profissionais e econômicos dos que a integram. Para Delgado (2019, p. 1590) “são entidades associativas permanentes, que representam trabalhadores vinculados por laços profissionais e laborativos comuns, visando tratar de problemas coletivos das respectivas bases representadas, defendendo seus interesses trabalhistas”.

Nesse viés, se faz necessário ressaltar sobre como a definição legal de sindicato. O legislador determinou no art. 511 da CLT que é lícita a formação dessa associação com a finalidade de “estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas” (BRASIL, 1943).

Melek (2018) elenca que a CF de 1988, introduziu no art. 8º os três pilares principiológicos das associações sindicais e que são essenciais para a sua atuação. A unidade sindical, a representatividade de modo compulsório e a contribuição sindical. Com a reforma trabalhista, ocorreram mudanças significa-

tivas na representação compulsória e na contribuição sindical, em breve será discutido no presente estudo sobre os impactos causados por essas inovações.

No momento, é primordial esclarecer sobre o papel da arrecadação da contribuição sindical para os sindicatos e das outras formas de custeio das associações sindicais. É cediço que as contribuições arrecadadas pelos sindicatos, podem ser oriundas da arrecadação pela assembleia geral ou as decorrentes da lei. Segundo Nascimento, Ferrari e Filho (2011) a receita proveniente de contribuições sindicais é de quatro tipos, a saber: a contribuição confederativa, o desconto assistencial, a mensalidade devida pelos associados do sindicato, nos valores estabelecidos pelas assembleias e por fim, a contribuição sindical.

Nesse viés, é primordial realizar um estudo aprofundado sobre a contribuição sindical, antes de analisar sobre essa alteração se faz necessário realizar um resgate histórico sobre a sua criação. É sabido que tal contribuição surgiu pela primeira vez na Constituição de 1937, época conhecida como estado novo, entretanto, nesse período foi intitulado como imposto sindical compulsório (NETO; CAMILO, 2018):

Artigo 138 – A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público (BRASIL, 1937).

Desta forma, infere-se que a compulsoriedade da contribuição deixou de existir, causando inúmeras repercussões jurídicas na atuação sindical. A receita auferida pelas entidades sindicais é responsável pela prestação de serviços que vão desde a assistência jurídica, à realização de cursos de capacitação.

4.2.2 Os impactos da reforma trabalhista no movimento sindical e o fim da contribuição sindical obrigatória

Com o advento da lei n. 13.467, sancionada em 13 de julho de 2017, importantes mudanças ocorreram na seara trabalhista. Dentre as inúmeras alterações, a reforma impactou diretamente nos sindicatos. Ribeiro (2018) explica que tais modificações implicaram na redefinição de suas prerrogativas e repercutiram em diversos segmentos, assim, ocorreu o fim da obrigatoriedade das homologações das demissões com a presença dos mesmos e da possibilidade de representar

os trabalhadores, inclusive, as comissões independentes passaram a substituir a sua atuação.

O supracitado autor ainda menciona que a reforma também impactou “no fim da contribuição sindical obrigatória, no fim da ultratividade dos acordos e convenções coletivas; na modificação no conceito de categoria profissional que pode gerar um aumento da fragmentação da representação sindical” (RIBEIRO, 2018, p. 12). É importante salientar que, as diminuições das prerrogativas dos sindicatos nas relações trabalhistas, acabaram em certo nível promovendo as descentralizações decorrentes das negociações em nível individual e coletivo, desse modo, ocorreu um enfraquecimento dos sindicatos repercutindo na organização e mobilização dos trabalhadores.

Com a reforma trabalhista a contribuição sindical passou a ser opcional, o art. 579 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) passou a ter uma nova redação, *in verbis*: “O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria” (BRASIL, 1943). Antes da reforma, todo membro da categoria era cobrado de forma obrigatória, uma vez por ano em valor correspondente, para o empregado, ao salário do dia 31 de março de cada ano, e para o empregador em valor proporcional ao capital social.

Logo, vê-se que a contribuição só poderá ser descontada diante da anuência prévia do empregado associado ao sindicato de sua categoria profissional. Neto e Camilo (2018) ponderam que a referida alteração está em conformidade com o texto constitucional e o princípio da liberdade sindical, pois, o empregado passou a ter o direito de optar se quer ou não contribuir. Nesse aspecto, com o advento da reforma trabalhista ocorreu a garantia à ampla liberdade, em respeito ao que preconiza o artigo 8º da Constituição Federal. Entretanto, em junho de 2018 o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou sobre o fim da obrigatoriedade da contribuição, por meio da ADI 5794 e declarou a constitucionalidade da extinção do desconto obrigatório da contribuição sindical por 6 votos a 3:

Ementa: Direito Constitucional e Trabalhista. Reforma Trabalhista. Facultatividade da Contribuição Sindical. Constitucionalidade. Inexigência de Lei Complementar. Desnecessidade de lei específica. Inexistência de ofensa à isonomia tributária (Art. 150, II, da CRFB). Compulsoriedade da contribuição sindical não prevista na Constituição (artigos 8º, IV, e 149 da CRFB). Não violação à autonomia das organizações sindicais (art. 8º, I, da CRFB). Inocorrência de retrocesso social ou atentado aos direitos dos trabalhadores (artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da CRFB). Correção da proliferação excessiva de sindicatos no Brasil. Reforma que visa ao fortalecimento da atuação sindical. Proteção às

liberdades de associação, sindicalização e de expressão (artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da CRFB). Garantia da liberdade de expressão (art. 5º, IV, da CRFB). Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes e Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente para assentar a compatibilidade da Lei n.º 13.467/2017 com a Carta Magna. (ADI 5794, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-083 DIVULG 22-04-2019 PUBLIC 23-04-2019).

Embora o STF tenha declarado a constitucionalidade da extinção da cobrança obrigatória. A Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, a Conalis, do Ministério Público do Trabalho, em 26 de outubro de 2018, emitiu a nota técnica n. 2 confrontando a decisão da ADI 5794, *in verbis*:

[...] 3. O tripé da organização sindical brasileira é formado pela unicidade, pelo efeito erga omnes da negociação coletiva e pela contribuição sindical descontada de todos os trabalhadores, como destacado pelo Ministro Luiz Edson Fachin. 4. Ao se retirar um desses pilares, o sistema poderá ruir como um todo. 5. A unicidade (CF, 8º, II), a eficácia erga omnes dos instrumentos normativos (CLT, art. 611) e os efeitos decorrentes da reforma trabalhista demandam uma nova interpretação das normas que versem sobre o custeio das entidades sindicais [...] A assembleia de trabalhadores regularmente convocada é fonte legítima para a estipulação de contribuição destinada ao custeio das atividades sindicais, podendo dispor sobre o valor, a forma do desconto, a finalidade e a destinação da contribuição (CLT, art. 513, e) (CONALIS, 2018, p.01- 02)

Diante dessa realidade, restam evidenciadas as controvérsias sobre o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Coelho. Como forma de burlar a reforma trabalhista, as entidades sindicais no processo de negociação coletiva, passaram a incluir cláusulas em que os trabalhadores deveriam continuar sofrendo descontos da contribuição sindical na folha de pagamento. De acordo com Papazian (2019, online) “os sindicatos utilizavam como fundamento que a norma vigente privilegia o negociado sobre o legislado e, com isso, garantia legitimidade para manter a compulsoriedade da contribuição”. Com o intuito

de dirimir as controvérsias acerca da matéria, foi editada a Medida Provisória 873/2019 que proíbe o desconto de contribuição sindical sem anuência expressa do empregado e, ainda que tenha autorização não poderá ser descontada em folha de pagamento.

Desta maneira, a contribuição sindical deveria ser feita apenas por meio de boleto bancário, ou forma equivalente e encaminhada obrigatoriamente à residência do trabalhador ou, na hipótese de impossibilidade de recebimento, à sede da empresa, ou seja, sem desconto em folha. A MP perdeu sua eficácia legal em 28 de Junho de 2019, os sindicatos tentaram retomar a cobrança nas cláusulas dos acordos e convenções coletivas.

Neste cenário pós reforma trabalhista, alguns autores entendem que a mudança foi positiva, pois a contribuição obrigatória tinha inúmeros pontos negativos. Com essa linha de raciocínio, salienta Neto e Camilo (2018):

Como consequência negativa dessa obrigação não é enaltecida a legitimidade sindical o âmbito de sua representatividade, uma vez que o pagamento dessa contribuição pelos associados proporciona a receita do sindicato, independente de sua atuação. Outra consequência dessa obrigatoriedade é que nem todos os associados dispõem da mesma condição, podendo trazer malefícios à condição financeira do indivíduo. O sindicato tem como principal papel objetivar a melhoria das condições de trabalho de sua categoria representada, sendo assim não é justo com um não associado não se beneficiar das prerrogativas cabíveis aos associados (NETO; CAMILO, 2018, p.12).

Como pode ser observado, há quem defenda que a obrigatoriedade da contribuição, trazia uma série de consequências negativas, principalmente para aquelas pessoas que não eram associadas e não se beneficiavam das prerrogativas dos demais. De mais a mais, alguns sindicatos no Brasil tinham uma finalidade política mesmo diante de uma vedação expressa prevista no art. 521 da CLT, a qual proíbe a promoção de qualquer propaganda de doutrinas conflitantes com as instituições e os interesses da nação, e do exercício de atividades que se mostrem incompatíveis com os anseios da associação, até mesmo o de viés político ideológico.

Nesse contexto, Rocha e Linhares (2018) chama à atenção que um dos motivos relacionados ao excesso de sindicatos no Brasil, é a motivação política e a de aumentar a receita por meio da cobrança da contribuição, não tem como finalidade a atuação na defesa dos trabalhadores. Sobre isso, ainda leciona:

[...] Com a facilitação de criação dos sindicatos, estes são formados sem qualquer vislumbre de interesse para trabalhadores, às vezes apenas de apoio a partidos políticos, financiados pela contribuição sindical. É que se cria um sindicato e logo lhe é dado o direito ao recebimento dos valores referentes à contribuição. Formado, e com recursos, os líderes sindicais, sem nenhum propósito com seus membros, acabam por mobilizar diversas ações em apoio ou repúdio a partidos (ROCHA; LINHARES, 2018, online).

Ainda acerca da matéria, Melek (2018) pondera que antes mesmo da aprovação da reforma trabalhista já existiam controvérsias. Parte dos doutrinadores concordavam com o fim da obrigatoriedade e alegavam que tal contribuição era um resquício do período da incorporação do corporativismo autoritário, enquanto o relator do projeto, acreditava que a reforma seria necessária para trazer melhorias para os sindicatos.

Em contrapartida, alguns autores demonstram preocupação com a ausência da obrigatoriedade das contribuições sindicais. Sobre isso destaca Melo (2019, online) para o funcionamento das entidades sindicais, elas necessitam de recursos financeiros e “os sindicatos exercem uma importante função no que tange a de defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais de toda a categoria, o que depende de dinheiro vindo dos trabalhadores que eles representam”. Para ele, torna-se insustentável a manutenção do sindicato com a ausência de compulsoriedade da contribuição.

De maneira idêntica, Benevides (2018) descreve que embora a reforma trabalhista esteja de acordo aos preceitos de liberdade sindical, existe um risco de matar de inanição os sindicatos, que necessitam de recursos financeiros para prestar seus serviços. Logo, diante dessa realidade cabe encontrar uma maneira de permitir que as entidades sindicais sobrevivam por meio de uma revisão nas demais formas de custeio das mesmas.

Ademais, outra preocupação constatada é a ausência de período de transição para que as entidades sindicais tivessem como se preparar financeiramente com a perda de receita. Melek (2018) deixa claro que não houve qualquer tipo de razoabilidade ou modulação na aplicação do fim da compulsoriedade da contribuição. Portanto, não existiu tempo para os sindicatos se prepararem e assim todo o planejamento financeiro ficou comprometido, tendo em vista que, as entidades sindicais não sabiam quanto iriam arrecadar, e como seriam capazes de prestar todas as ações e serviços para atender aos trabalhadores

Cortando de forma abrupta, praticamente da noite para o dia, a fonte principal de custeio dos sindicatos a legislação, sem dúvidas, tenta diminuir os sindicatos, enfraquecê-los, deixá-los sem poder de negociação, provocando sua deses-

truturação. Obviamente, sindicato sem recursos financeiros, não consegue exercer como esperado as suas atribuições, porque há um significativo custo para a manutenção e incremento da atividade sindical (MELEK, 2018, p.15).

Coadunado com o supracitado autor, Leite (2018) crítica a ausência de regras de transição e de debates democráticos para a extinção gradativa da contribuição sindical. Nesse caso, os sindicatos das categorias profissionais sofrerão prejuízos em decorrência da queda vertiginosa de arrecadação e consequentemente implicará em uma redução da defesa dos direitos dos trabalhadores, porquanto dispõe o inciso III do art. 8º da CF que os sindicatos são instituições de defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, sendo que a contribuição sindical constitui elemento econômico imprescindível para o desempenho de tal missão constitucional.

Sobre os prejuízos causados as entidades sindicais após a lei 13.467/2017, uma nota técnica produzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE) trouxe uma comparação entre a arrecadação da contribuição sindical do mês de abril de 2018 à de abril de 2017, nesse período ficou constado uma diminuição na ordem de 90% na receita auferida. Também destaca que entre as centrais sindicais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi a que registrou a maior redução da receita em aproximadamente 94%.

Outrossim, menciona que no ano de 2018, 20% das entidades sindicais não receberam nenhum recurso proveniente da contribuição sindical. Inclusive, 11% desses sindicatos, no anterior tinham auferido mais de R\$ 100 mil. Percebe-se que de fato, a facultatividade da contribuição diminuiu drasticamente os recursos financeiros das entidades, prejudicando a sua atuação em defesa dos interesses trabalhistas e econômicos dos trabalhadores (DIEESE, 2018).

Em uma breve síntese dos dados relativos à contribuição sindical e o recolhimento pelas associações sindicais, no ano de 2018, observa-se:

Entre aquelas que recolheram recursos relativos à Contribuição Sindical em 2018, 3.309 (48% do total) receberam menos de 10% da receita do ano anterior; 1.072 (15% do total) receberam entre 10% e 20% da receita de 2017; e 482 (7% do total), entre 20% e 30% da receita também de 2017. Juntas, representam, portanto, quase 70% das entidades sindicais cadastradas na CEF. Por outro lado, 98 entidades – cerca de 1,3% do total – receberam mais recursos do que obtido no ano anterior (DIEESE, 2018, p. 5).

Nota-se, que de fato ocorreu uma diminuição brusca na arrecadação sindical e que implicará em prejuízos não ficando restrita apenas a representação da classe trabalhadora, mas também nas prestações de inúmeros serviços, tais como: na área jurídica, na parte assistencial à saúde e nos cursos de capacitação e aprimoramento profissional e de outros serviços que pelo alto custo a maioria dos trabalhadores não tem condições de custear.

Por fim, vale salientar que com as alterações promovidas com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, esta perdeu a sua natureza jurídica de tributo e passou a ter uma natureza privada. Acerca do tema, orienta Garcia (2018) que a contribuição sindical por não ser mais uma prestação compulsória passa a ter um caráter privado e ainda explica que embora a contribuição anteriormente tenha sido arrolada como um tributo, por ter perdido as características peculiares que permitem esse tipo de enquadramento, houve a alteração da própria natureza do instituto.

4.2.3 Impacto da reforma trabalhista na negociação coletiva

Com a promulgação da constituição de 1988, a negociação coletiva trabalhista passou a ser uma das vias mais importantes para dirimir os conflitos existentes. Delgado (2019) assevera que antes desta carta política não se falava na utilização desse instituto e sua importância para o ordenamento jurídico pátrio. Nos dias atuais, a partir da regência normativa e dos estímulos constitucionais, é comum surgir ideias que dão ênfase a negociação coletiva e detém a prerrogativa de piorar, precarizar, rebaixar as condições de vida e de trabalho dos empregados e demais trabalhadores sob sua influência normativa.

Com as alterações promovidas pela reforma trabalhista no ordenamento jurídico, houve uma diminuição na participação das entidades sindicais nas relações justas, principalmente nas negociações coletivas, entretanto, tal instituto aumentou de forma significativa entre empregados e empregadores. Tecendo comentários a respeito, leciona Rocha *et al.* (2019):

Essa mudança na sistemática normativa aplicada às relações de trabalho se deu de tal forma, ao ponto de elevar o poder negocial entre as classes profissionais e seus empregadores acima da própria Lei, mantendo-se abaixo de normas de caráter supralegal, advindas de tratados e acordos internacionais recepcionados pelo ordenamento pátrio e a própria Constituição Federal e seus comandos normativos e principiológicos (ROCHA *et al.*, 2019, p.32)

Em relação aos impactos causados pela reforma trabalhista nas negociações coletivas, Delgado (2017) ressalta que ainda não é possível prever prognósticos, entretanto, acredita que as modificações não implicarão na instauração de um ordenamento jurídico desumano, antissocial e que não seja condizente com a dignidade do trabalhador.

A circunstância de o novo preceito normativo enfatizar a observância, no exame judicial dos instrumentos coletivos negociados (ACTs e CCTs), dos requisitos essenciais do negócio jurídico (...) não deve, é claro, conduzir a conclusões interpretativas absurdas. Evidentemente que não cabe a conclusão de que o novo preceito legal permitiu a instauração no País, por intermédio da negociação coletiva trabalhista, de uma ordem jurídica anômala, antihumanista e antissocial, que faça da Constituição da República, das normas internacionais imperativas no Brasil e das normas federais também imperativas uma exótica tábula rasa em desfavor da pessoa humana que vive de seu trabalho empregatício na economia e na sociedade brasileiras (DELGADO, 2017, online).

Com o mesmo pensamento do autor, Castro (2017) explica que ainda não é possível mensurar os impactos dessas mudanças na vida das organizações sindicais, contudo, os processos de negociação coletiva terão características mais individualizadas e tenderão a buscar formas mais inovadoras de superação dos limites impostos. Em discordância da autora, esclarece Rocha *et al.* (2018) que com as alterações provenientes da reforma, a Justiça do Trabalho deixa de ser essencial para solução de conflitos e passa a ter um papel bastante restrito e enfraquecido nas negociações coletivas. Uma vez que a novel legislação permitiu a existência de comissões de representação dos trabalhadores com poder negocial nas empresas, sem a participação sindical.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, em que tratou dos efeitos e desdobramentos da Lei n. 13.467/2017, instituidora da reforma trabalhista, sobre as organizações sindicais brasileiras, foi preciso compreender o desenvolvimento do sindicalismo no mundo e no Brasil. Constatou-se que as entidades sindicais desenvolveram uma maior autonomia ao longo do tempo, indo da fase de total proibição a uma fase de maior liberdade, embora seja uma liberdade sindical relativa.

A partir da breve análise da evolução histórica sobre o modelo sindical brasileiro nas constituições, observou-se a presença de mudanças significativas desde a primeira Carta Política Federal brasileira de 1824 até a atual Carta de 1988, a constituição cidadã que consagrou novos direitos as entidades sindicais, porém com algumas limitações. Restou evidenciado que a própria Constituição ressalvou algumas ingerências, notadamente sob a autonomia de que dispõem as entidades sindicais para sua fundação e para alguns itens de sua administração interna.

Destacou-se também, sobre as distintas concepções da expressão sindicato e seu papel na arrecadação da contribuição sindical que serve como fonte de custeio para viabilizar a prestação de serviços a classe trabalhadora. Ademais, também foi tratado sobre a negociação coletiva e a importância do sindicato para solucionar o conflito em favor do trabalhador. A partir daí, buscou-se esclarecer os impactos causados pela reforma trabalhista em algumas prerrogativas dos sindicatos.

Constatou-se que as alterações decorrentes da reforma trabalhista instituída pela Lei 13.467/17 alterou profundamente os direitos sindicais, inclusive, com o fim da contribuição sindical obrigatória, os sindicatos perderam a sua principal fonte de custeio para atender os interesses da classe trabalhadora, colaborando com um enfraquecimento significativo dos sindicatos e na fragilização e desamparo dos trabalhadores.

Sobre o impacto da reforma na convenção coletiva, destacou-se que o papel da Justiça do Trabalho é bastante restrito e enfraquecido nas negociações coletivas. Nesse esteio, o poder de representação dos sindicatos passa a ser substituído por comissões de representação dos trabalhadores com poder negocial nas empresas. Assim, as profundas alterações na legislação trabalhista inflige em uma realidade de desconstrução e abalo da estrutura sindical brasileira.

4.4 REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Sara Costa. Impactos da reforma trabalhista no modelo de custeio das organizações sindicais. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, MG, v. 64, n. 97, p. 167-183, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/145535>. Acesso em: 02 de out. 2019.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del5452.html. Acesso em 18 de out de 2019.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição Federal nº 1937**, de 10 de novembro de 1937. Lei. Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 out 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição federal 1988**. 05 de Outubro de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de Abril de 2018.

BRASIL. **Medida Provisória n. 873**. 01 de março de 2019. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv873.htm. Acesso em: 05 de out. 2019.

CASTRO, Maria Silva Portela. **Impactos da Reforma Trabalhista sobre a organização sindical e a negociação coletiva**. Perspectivas n. 13/2017. Disponível em: <http://www.relats.org/documentos/ORG.Portela.pdf>. Acesso em: 05 de out. 2019

COELHO, Gabriela. **STF declara constitucional fim da contribuição sindical obrigatória**. In: Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-29/stf-declara-constitucional-fim-contribuicao-sindical-obrigatoria> Acesso em: 05 de out. 2019

CONALIS. **Nota técnica n. 02**, de 26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/mpt-publica-nota-afronta-reforma.pdf>. Acesso em: 05 de out 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico. **Subsídios para o debate sobre a questão do Financiamento Sindical**. Nota Técnica nº 200 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec200financiamentoSindical.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. Ed. São Paulo: LTr, 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho e seus princípios informadores**. In: Revista do TST, Brasília, vol. 67, nº 2, abr/jun 2001. Disponível em:<https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/52335/007_delgado.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 07 out. 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **A reforma trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Reforma Trabalhista**. 3ª ed. Salvador: Ed. JusPODIVUM, 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELEK, Marcelo. O projeto arquitetônico da reforma trabalhista no direito sindical. Reforma Trabalhista III. **Revista eletrônica Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. V.7. n 63. Paraná. 2017. Disponível em: <http://https://hdl.handle.net/20.500.12178/122569>

MELO, Raimundo Simão. **O possível destino da contribuição sindical no Supremo**. In: Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-08/reflexoes-trabalhistas-possivel-destino-contribuicao-sindical-supremo>

NASCIMENTO, Irany Ferrari. AMAURI, Mascaro Nascimento. FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. 3ª ed. São Paulo : LTr, 2011.

NETO, Cristiany Mendes. CAMILO, Adélia Procópio. Fim da contribuição sindical obrigatória. **Revista Pensar**. v. 6, n. 2, JAN/2018. Disponível em: http://revistapensar.com.br/administracao/pasta_upload/artigos/a181.pdf. Acesso em: 10 de out 2019.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Sindicalismo e Democracia no Brasil**: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. (p.17-364).

PAPAZIAN, Rodrigo. **Desconto sindical sem anuência expressa do trabalhador é ilegal**. In: conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-20/rodrigo-papazian-desconto-sindical-sem-anuencia-expressa-ilegal>. Acesso em: 02 de out 2019.

RIBEIRO, Flávia Ferreira. **O impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical em transformação**. 2018. Disponível em: <http://www.niep-marx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC37/MC373.pdf>. Acesso em: 02 out 2019.

ROCHA, Lilian Rose, *et al.*, **Caderno de pós-graduação em direito**: direito coletivo do trabalho. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12797>. Acesso em: 02 de out 2019.

ROCHA, José Ronaldo Alves. LINHARES, Felipe Augusto Félix. **Um estudo sobre o impacto nos sindicatos com o fim da obrigatoriedade do recolhimento da contribuição sindical.** In: JusBrasil Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/68116/um-estudo-sobre-o-impacto-nos-sindicatos-com-o-fim-da-obrigatoriedade-do-recolhimento-da-contribuicao-sindical>. Acesso em: 08 de out 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 5794**, Relator (a): Min. Edson Fachin, Relator (a) p/ Acórdão: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, DJe-083 Divulg 22-04-2019 Public 23-04-2019.

Capítulo 5

CONTRIBUIÇÕES DO GEORREFERENCIAMENTO DAS ILHAS DE CALOR NO PLANEJAMENTO URBANO

Jeanne Denise de Souza Menezes

docente.jeannedenise@fsssacramento.br

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Docente da Faculdade Santíssimo Sacramento

RESUMO: A ocupação desordenada do solo e o crescimento da população de forma rápida e contínua contribuem para a formação de ilhas de calor nos centros comerciais das cidades, onde acaba ocorrendo uma grande concentração de pessoas em horários mais quentes do dia. O presente trabalho busca abordar, através de publicações realizadas entre os anos 2016 a 2021, como o desenvolvimento urbano não planejado pode causar a formação de ilhas de calor urbanas, relatar os efeitos de fenômenos climáticos à saúde, mostrar as principais ferramentas utilizadas para o estudo das ilhas de calor urbanas e apontar as estratégias para a redução da ocorrência dessas ilhas. Para atingir esse objetivo foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Como resultado foi possível constatar a importância da realização de georreferenciamento de zonas de calor no planejamento urbano, relatar as principais consequências da formação das ilhas de calor para a saúde da população, além de propor sugestões de locais para instalação de ilhas de frescor.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação do solo. Clima urbano. Áreas verdes. Percepção climática. Conforto térmico.

5.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade e o processo acelerado de urbanização alteraram o equilíbrio energético, o escoamento das águas pluviais, a infiltração, a precipitação, a temperatura, a qualidade do ar, dos corpos hídricos e a perda da biodiversidade, contribuindo para a modificação e depreciação do ambiente e da qualidade de vida.

O crescimento demográfico desordenado das áreas urbanas agrava a situação ambiental das cidades. Vários impactos ambientais são gerados, dentro destes, a formação de ilhas de calor que é recorrente em situações de ocupação desordenada. A substituição da cobertura natural por asfalto, concreto e outras superfícies impermeáveis promove alteração do balanço energético no sistema superfície-atmosfera, em uma escala mesoclimática, gerando as ilhas de calor (BARBOSA; VECCHIA, 2007).

Nesse sentido, apresenta-se um cenário de cidades despreparadas ao acolhimento de grande contingente humano, muitas vezes proveniente do êxodo rural em busca de melhores condições de vida, trazendo, com isso, consequências negativas, tais como, ocupação desordenada, poucas áreas verdes nos centros urbanos, carência de recursos públicos necessários para a realização de obras e ações sustentáveis nesse processo de aceleração da urbanização.

Uma preocupação principal no processo de urbanização é seu efeito sobre a temperatura local. Nesse contexto, um dos efeitos mais comuns é a formação de uma Ilha de Calor Urbana (ICU), que impacta o planejamento urbano e a qualidade de vida. A ICU é a ocorrência de temperaturas mais altas nas áreas metropolitanas em comparação com as temperaturas das áreas suburbanas e rurais o que significa que quanto maior for o nível de urbanização, mais proeminentes serão as áreas com processo ICU (SANTAMOURIS, 2013).

As consequências do ICU vão desde desconforto térmico, aumento no consumo de energia durante o verão, até o aumento da mortalidade, morbidade e outros impactos adversos (GARTLAND, 2010; HSIEH; HUANG 2016). As ondas de calor podem afetar a saúde humana, resultando em exaustão, desidratação, distúrbios circulatórios e causar potencialmente a morte (TAVARES, 2018). As ondas de calor representam principalmente um perigo para indivíduos vulneráveis, como idosos, bebês e crianças, pessoas com deficiências físicas e psíquicas ou pessoas incapazes de ter acesso às medidas de mitigação como a utilização de ar condicionado (MARTO, 2009).

Manter o equilíbrio da temperatura superficial é importante para a manutenção da qualidade ambiental de qualquer região. Essa temperatura da superfície continental é um fator relevante no balanço de energia da superfície e modula também a temperatura do ar nas camadas mais baixas da atmosfera urbana, e interfere em outros componentes como a determinação do clima interno de edificações, influenciando nas trocas de energia que afetam o conforto dos

moradores, interferindo diretamente no cotidiano e nas atividades da sociedade (COSTA; SILVA; PERES, 2010).

O georreferenciamento, portanto, é uma importante tecnologia a serviço do desenvolvimento sustentável, pois fornece dados importantes para a realização do planejamento urbano. Nesse sentido, essa revisão da literatura permite analisar a relação espacial entre os diferentes padrões de uso e ocupação do solo e suas respostas térmicas com base nas publicações de 2016 a 2021, e portanto, contribuir para no planejamento urbano.

5.2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se por trabalhar com fenômenos reais, vivenciais, históricos, sociais ou de grupos, uma vez que há uma interação entre a observação e a construção do conceito, entre a explicação e a percepção. Ao escolher esse tipo de pesquisa considera-se que o intuito é levar a todos maiores informações sobre o assunto que será estudado/pesquisado.

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica, através de diversas fontes de consultas a livros e artigos com o objetivo de obter subsídios essenciais para o embasamento e desenvolvimento do tema em questão, foram abordados conceitos relevantes sobre o estudo da formação de ilhas de calor: desenvolvimento urbano e as particularidades do clima urbano, conceito de ilhas de calor e os efeitos na saúde da população, avanços no estudo das Ilhas de Calor Urbana (ICU) e finalizando com as estratégias para redução da ocorrência das ICU.

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.3.1 O desenvolvimento urbano

O Brasil teve um crescimento significativo da população urbana, atingindo elevadas taxas; o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa anual de 1,00% no ano de 2017 em relação ao ano de 2016, enquanto a população ocupada aumentou a uma taxa trimestral de 0,5% no período compreendido entre novembro de 2016 a janeiro de 2017, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Em consequência do desenvolvimento econômico, houve um crescente aumento da população brasileira desde o ano de 1970, passando de 95 para 210 milhões em 2017 e, no meio urbano saltou de 55 para 83%. Isto significa dizer que 158 milhões de habitantes utilizam as cidades, o que corresponde a 0,25% do território brasileiro (EMBRAPA, 2018). Os problemas dos centros urbanos relacionados à infraestrutura e urbanização crescem quando não é feito um

adequando planejamento de expansão das cidades (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2011).

O desenvolvimento das atividades humanas, na indústria, no cotidiano e na tecnologia, vem causando progressivas alterações no clima. Com a urbanização, ocorre mudanças na ocupação do solo, alterando a superfície terrestre, que aos poucos substitui as coberturas naturais por edificações, ruas e avenidas, influenciando diretamente na impermeabilização dos solos e a irradiação de calor para a atmosfera (COSTA; SILVA; PERES, 2010).

O planejamento de florestas urbanas, incluindo a criação de parques, florestas e ruas arborizadas, tem sido uma das principais medidas propostas por pesquisadores de ambientes urbanos para mitigar os efeitos da ICU. A presença de vegetação pode gerar resfriamento localizado, um fenômeno conhecido como "ilha da melhoria", que é o efeito oposto de o fenômeno ICU (SHASHUA-BAR *et al.*, 2009).

5.3.2 Clima urbano

O termo "clima urbano" é usado quando ocorre a alteração do clima local oriundo do processo de urbanização, neste, é possível observar diferenças consideráveis nos elementos climáticos conforme a modificação da cobertura terrestre, com a troca de matéria e energia sobre a atmosfera local, dessa forma o comportamento espacial simultâneo da temperatura se torna o elemento mais importante do sistema gerado, chamado de ilhas de calor, identificadas, quando as áreas urbanas apresentam valores significativamente mais altos que os valores da temperatura no ambiente rural, mais afastadas dos centros urbanos, as áreas mais quentes são assim as ilhas de calor (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2011).

5.3.3 Ilhas de calor

O termo ilhas de calor, é frequentemente usado quando há alteração da temperatura nas zonas urbanas, da superfície terrestre e do ar em relação ao ambiente rural do entorno. Esse aquecimento é abordado por especialistas da área como uma anomalia térmica. Tal alteração é decorrente das atividades humanas, modificações territoriais do local e condições particulares do solo no meio ambiente, permeabilidade, composição, propriedades físicas, ocupação dentre outros (BARBOSA; VECCHIA, 2007).

A formação de ilhas de calor urbanas (ICU), é a terminologia mais usual para aquecimento urbano e é uma das formas mais conhecidas de modificação climática antropogênica em nível local (WARD *et al.*, 2016). Surge como resultado do crescimento das áreas urbanas (urbanização), combinado com mudanças nos padrões de precipitação, mudanças estruturais e de cobertura do solo (HIRANO *et al.*, 2016), eventos extremos climáticos, bem como a industrialização e seus impactos da poluição do ar em áreas urbanas (WARD *et al.*, 2016).

5.3.3.1. Ilhas de calor e os efeitos na saúde da população

As ilhas de calor urbanas (ICU), apresentam implicações na saúde dos humanos, na poluição do ar urbano, na gestão do consumo de energia e planejamento urbano. Um artigo de revisão elaborado por Ribeiro *et al* (2016) que tinha como objetivo buscar publicações que correlacionam os efeitos à saúde com fenômenos climáticos em áreas urbanas, identificou que vários artigos alertando o risco à saúde de grupos populacionais mais vulneráveis como idosos, crianças, doentes crônicos e principalmente pessoas que habitam bairros mais humildes.

Os efeitos do desconforto térmico em doenças cardiovasculares ainda são escassos, contudo, os poucos estudos realizados trazem um grande alerta. É o caso do trabalho publicado por Mandú (2019) que encontrou correlação entre os efeitos de condições atmosféricas em doenças cardiovasculares, incluindo o infarto agudo no miocárdio (IAM) ressaltando, portanto, a importância de avaliar tal relação.

O efeito é uma realidade para toda área urbana independente de seu tamanho e localização geográfica, mas especialmente aquelas cidades localizadas em zonas de clima quente, a manifestação é significativamente maior (RAMA-MURTHY; SANGOBANWO 2016).

5.3.3.2. Estudo das Ilhas de Calor Urbana (ICU)

Podem existir três tipos de ilhas de calor, elas se diferenciam em função da camada atmosférica onde se originam ou se ligam com outra camada. O primeiro tipo é a ilha de calor da superfície que se comunica com a atmosfera inferior, geralmente observada a partir de instrumentos de detecção remota; o segundo tipo entre o nível do solo e o nível médio do topo das edificações, as temperaturas são analisadas abaixo do nível dos telhados em diferentes pontos de um percurso; e o terceiro tipo, é a ilha de calor superior, que se sobrepõe ao segundo tipo, e estende-se livre até a atmosfera, uma camada limite urbana em que suas propriedades ainda são influenciadas pelas atividades urbanas (LOPES, 2008).

O fenômeno ICU pode ser avaliado comparando a temperatura do ar em ambientes urbanos e rurais com base em sistemas automáticos e estações meteorológicas convencionais e também pela temperatura da superfície terrestre (TST), geralmente obtida com infravermelho térmico dados de sensoriamento remoto (CHEN; YU, 2016).

Em comparação com o método tradicional de meteorologia observação, o uso de técnicas de sensoriamento remoto tem a vantagem de alta resolução espacial, o que permite a pesquisa em larga escala da ICU. Portanto, o sensoriamento remoto tem potencial para melhorar a compreensão do fenômeno ICU e seus efeitos, e vários estudos sobre formação de ICU vêm sendo realizados (ANJOS, 2017; ALVES; LOPES, 2017; BARROS; LOMBARDO, 2016; PERES, 2018; UMEZAKI, *et al.*, 2020)

Há várias publicações que utilizam os dados de sensoriamento remoto para realizar estudos da ICU, como a utilização de sensores AVHRR (Advanced Very High Resolution Radiometer), presentes nos satélites da série NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration) (STREUTKER, 2003), MODIS (HU; BRUNSELL, 2013; QUAN *et al.*, 2014), ASTER (LIU; ZHANG, 2011) e Landsat TM/ETM+ (FU; WENG, 2016; LI *et al.*, 2016). Estes estudos revelam padrões espaciais da ICU, bem como a relação entre a ICU e cobertura de superfície, como vegetação e cobertura do solo (BUYANTUYEV; WU, 2010).

5.3.4 Estratégias para redução da ocorrência das Ilhas de Calor Urbana (ICU)

A redução do efeito da ilha de calor urbana pode ser alcançada como resultado do aumento de áreas verdes (ALI *et al.*, 2016; YANG *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2020). A cobertura verde da vegetação também reduz a intensidade da exposição solar direta e ajuda a transferir a radiação solar recebida em calor latente (LIU; WENG, 2008).

Estratégias de mitigação e adaptação de ilhas de calor urbanas por meio de planejamento urbano podem ser consideradas como uma importante ferramenta para alcançar a redução de impactos adversos, especialmente no que diz respeito às mudanças climáticas e efeitos de expansão urbana (WANG *et al.*, 2016; GARTLAND, 2010). Permite também redução do consumo energético para a climatização nos centros urbanos (GRIGOLETTI, *et al.*, 2018) e um aumento na porcentagem de áreas verdes e na fração de vegetação reduz a pressão térmica que os moradores da cidade enfrentam (SOUZA, 2019).

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progressivo aumento das áreas urbanas atrelado, muitas vezes, à ausência de elementos naturais, tem intensificado a formação das ilhas de calor. Portanto, o estudo do perfil térmico do ambiente urbano pode trazer informações importantes para o planejamento urbano, visando proporcionar maior conforto térmico e melhora na qualidade de vida da população desses locais.

Os dados obtidos pelo Sistemas de Informações Geográficas, pelo Sensoriamento Remoto juntamente com os dados socioeconômicos (bases do IBGE e IPEA) podem contribuir para o bem-estar de um número maior de pessoas, facilitam a identificação das zonas de calor e o planejamento de áreas de frescor nos centros urbanos.

5.5 REFERÊNCIAS

- ALI, J. M.; MARSH, S.H.; SMITH, M.J. Modelling the spatiotemporal change of canopy urban heat islands. **Build. Environ.**, n. 107, p. 64–78, 2016.
- ALVES, E. D L.; LOPES, A. The Urban Heat Island Effect and the Role of Vegetation to Address the Negative Impacts of Local Climate Changes in a Small Brazilian City. **Atmosphere**, 2017, 8, 18.
- AMORIM, M.; DUBREUIL, V.; CARDOSO, R.. Modelagem espacial da ilha de calor urbana em Presidente Prudente (SP), Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, Associação Brasileira de Climatologia: ABClima, Presidente Prudente (Sp), v. 1, n. 16, p. 29-45, 01 jan. 2015.
- ANJOS, M.; LOPES, A. Urban Heat Island and Park Cool Island Intensities in the Coastal City of Aracaju, North-Eastern Brazil. **Sustainability**, 2017, 9, 1379.
- BARBOSA, R. V. R.; VECCHIA, F. A. da S.. Estudos de ilha de calor urbana por meio de imagens do landsat 7 etm+: Estudo de caso em São Carlos (SP). **Pesquisa e Tecnologia Minerva**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 273-278, 01 jan. 2007. Anual.
- BARROS, H. R.; LOMBARDO, M. A. A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo em São Paulo-SP. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 1, p. 160-177, mês. 2016.
- BAVARESCO, A.; BARBOSA, E.; ETCHEVERRY, K. M. (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. E-book. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 16 de dez. de 2020
- BUCHIN, O.; HOELSCHER, M.T.; MEIER, F.; NEHLS, T.; ZIEGLER, F. 2016. Evaluation of the healthrisk reduction potential of countermeasures to urban heat islands. **Energy Build.**, n. 114, 2016, p. 27–37.
- BUYANTUYEV, A., WU, J., 2010. Urban heat islands and landscape heterogeneity: linking spatiotemporal variations in surface temperatures to land-cover and socioeconomic patterns. **Landsc. Ecol.** n. 25, p. 17–33. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10980-009-9402-4>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- CHEN, Y.C., CHIU, H.W., SU, Y.F., WU, Y.C., CHENG, K.S., 2016. Does urbanization increase diurnal land surface temperature variation? Evidence and implications. **Landsc. Urban Plan.** n. 157, p. 247–258.. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.06.014>. Acesso em: 16 dez. 2020.

COSTA, Douglas F. da; SILVA, Hélio R.; PERES, Leonardo de F.. Identificação de ilhas de calor na área urbana de Ilha Solteira - SP através da utilização de geotecnologias. **Engenharia Agrícola**, [S.L.], v. 30, n. 5, p. 974-985, out. 2010. Fap UNIFESP.

EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. – Brasília, DF : Embrapa, 2018. 212 p. : il. color. ; 18,5 cm x 25,5 cm

FU, P., WENG, Q., 2016. Consistent land surface temperature data generation from irregularly spaced Landsat imagery. **Remote Sens. Environ.** n. 184, p. 175–187. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rse.2016.06.019>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GARTLAND, L.. **Heat Islands**: Understanding and Mitigating Heat in Urban Areas. Routledge, London, 2010

GRIGOLETTI, G. C.; LAZAROTTO, G.; WOLLMANN, C. A. Microclima urbano de áreas residenciais no período noturno: Estudo em Santa Maria, RS. **Soc. Nat.** Uberlândia, MG. v.30, n.2, p.140-163, mai./ago, 2018.

HIRANO, Y.; YOSHIDA, Y. Assessing the effects of CO2 reduction strategies on heat islands in urban areas. **Sust. Cities Soc.**, n. 26,p. 383-392, 2016.

HSIEH, C.M.; HUANG, H.C.. Mitigating urban heat islands: A method to identify potential wind corridor for cooling and ventilation.**Comp. Environ. Urban Syst.**, 57, 130-143. 2016

HU, L.; BRUNSELL, N.A., The impact of temporal aggregation of land surface temperature data for surface urban heat island (SICU) monitoring. **Remote Sens. Environ.** n.134, p. 162–174. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1016/j.rse.2013.02.022>. Acesso em: 16 dez. 2020.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**Cidades**. 2016 Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290070&search=bahia|alagoinhas>. Acesso em: 25 nov. 2020.

IBGE. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2020.

IBGE. **Relatório de Estação Geodésica**. Disponível em: <http://www.bdg.ibge.gov.br/bdg/pdf/relatorio.asp?L1=93187>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LIMA JÚNIOR, J. M.; LOPES, W. G. R.. Relação entre aumento de áreas impermeáveis e inundações urbanas: Estudo na cidade de Teresina, Piauí. **Espacios**. v. 37, n. 08, 2016.

LIU, L., ZHANG, Y., 2011. Urban Heat Island analysis using the Landsat TM data and ASTER data: a case study in Hong Kong. **Remote Sens**. n. 3, p.1535–1552. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/rs3071535>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARTO, Natalia. Ondas de Calor. Impacto Sobre a Saúde. **Acta Med Port**. n. 18, p. 467-474, 2005.

MANDÚ, T. B.; GOMES, A. C. DOS S.; VALE, R. S. DO; SANTOS, M. S. dos. Associação entre o índice de calor e internações por infarto agudo do miocárdio em Manaus–AM. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. v. 15, n. 31, p. 16 - 28, mar., 2019.

LOPES, António. **O sobreaquecimento das cidades**. Causas e medidas para a mitigação da ilha de calor de Lisboa. *Territorium*, [S.L.], n. 15, p. 39-52, 25 ago. 2008. Coimbra University

NASCIMENTO, D. T. F.; OLIVEIRA, I. J. de. Análise da evolução do fenômeno de ilhas de calor no município de Goiânia-GO (1986-2010). **Boletim Goiano de Geografia**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 113-127, 12 jan. 2011.

PERES, L. de F. *et al*. The urban heat island in Rio de Janeiro, Brazil, in the last 30 years using remote sensing data. **International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**, v. 64, 2018, p. 104-116, ISSN 0303-2434.

QUAN, J.; CHEN, Y.; ZHAN,W.;WANG, J.; VOOGT, J.; WANG, M.. Multi-temporal trajectory of the urban heat island centroid in Beijing, China based on a Gaussian volume model.**Remote Sens. Environ**. n.149, p. 33-46. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rse.2014.03.037>. Acesso em: 12 de dez. 2020.

RAMAMURTHY, P.; SANGOBANWO, M.. Inter-annual variability in urban heat island intensity over 10 major cities in the United States. **Sust. Cities Soc.**, n. 26, p. 65-75, 2016

REBETEZ, M., DUPONT, O., GIROUD, M., An analysis of the July 2006 heatwave extent in Europe compared to the record year of 2003. **Theor. Appl. Climatol**. n. 95, p. 1–7. 2009

RIBEIRO, H. PESQUERO, C. R. COELHO, M. S. Z. S. Clima urbano e saúde: uma revisão sistematizada da literatura recente.**Estudos Avançados**. v. 30, n. 86, 2016

SANTAMOURIS, M.. Heat island research in Europe - state of the art. **Adv. Build. Energy Res.** 1:123–150. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17512549.2007.9687272>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, **Análise de Atributos Climáticos do Estado da Bahia.** 1999.

SHASHUA-BAR, L.; HOFFMAN, M. E.. Quantitative evaluation of passive cooling of the UCL microclimate in hot regions in summer, case study: urban streets and courtyards with trees. **Build. Environ.** 39, 1087–1099. 2004

SOUZA, C. M. de; LEITE, L. P.; PERINI, P.; KARMIERCZAK, L. A vegetação urbana a serviço do conforto térmico: uma proposta para um bairro metropolitano de São Paulo, Brasil. **Labor & Eng.**, Campinas, SP, v.13, 1-11, e019014, 2019

STREUTKER, D.R. Satellite-measured growth of the urban heat island of Houston, Texas. **Remote Sensing of Environment.** v. 85, Issue 3, 30 May 2003, p. 282-289, 2003.

TAVARES, A.. O Impacto das Alterações Climáticas na Saúde. **Acta Med Port.** 2018 May; v. 31, n.5, p. 241-242. Disponível em: <https://doi.org/10.20344/amp.10473>. Acesso em: 03 abr. 2022.

UMEZAKI, A. S.; RIBEIRO, F. N. D.; OLIVEIRA, A. P. de, SOARES, J., MIRANDA, R. M. de, Numerical characterization of spatial and temporal evolution of summer urban heat island intensity in São Paulo, **Brazil, Urban Climate**, v. 32, 2020, 100615, ISSN 2212-0955

WANG, J., HUANG, B., FU, D., ATKINSON, P.M., ZHANG, X.. Response of urban heat island to future urban expansion over the Beijing–Tianjin–Hebei metropolitan area. **Appl. Geogr.**, p. 26-36, 2016.

WARD, K.; LAUF, S.; KLEINSCHMIT, B.; ENDLICHER, W.. Heat waves and urban heat islands in Europe: A review of relevant drivers. **Sci. Total Environ.**, p. 527–539. 2016

YANG, J.; WANG, Z.H.; KALOUSH K.E.; DYLLA. H.. Effect of pavement thermal properties on mitigating urban heat islands: A multi-scale modeling case study in Phoenix. **Build. Environ.**, n. 108, p. 110–121, 2016

ANEXO A

Sobre os autores

Ariadine Eluane Oliveira Costa

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento

Caio Cezar Sales Machado

Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Cristiano Aragão Schramm Almeida

Graduado em Direito pela Faculdade Tecnologia e Ciências – UNIFTC, campus Itabuna. Especialista em Direito do Trabalho (UNIFTC).

Fabianno Andrade Lyra

Possui Graduação em Psicologia e Mestrado em Serviço Social/Política Social ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Foi Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), Pesquisador-Membro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Exclusão/Inclusão Social: Aspectos Psicossociais e do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho. Atualmente desenvolve atividades de ensino e pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação. As terminologias correntes no CV-LATTES pautando a produção em C,T&A são: Orientação Profissional; Psicoterapia Breve; Psicoterapia Existencial; Saúde Mental no Trabalho.

Fábio da Silva Santos

Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Pesquisas em Proteção Internacional de Minorias da USP. Mestrado e Doutorado pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pesquisador e Bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Direito Público e em Docência do Ensino Superior. Membro do Grupo de Pesquisa em Cidadania e do Núcleo de Pesquisa em Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade (UFBA), e Educação e Desenvolvimento. Pesquisador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Professor de Ciência Política e Direito Constitucional (UFBA). Professor (Cursos de Graduação e Pós-Graduação) de Direito, Metodologia Científica e Pesquisa Jurídica no Centro Universitário Ruy Barbosa – UNIRUY; Centro Universitário Nobre - UNIFAN e Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana – UNEF, Universidade Católica do Salvador – UCSAL; e Faculdade Santíssimo Sacramento (Alagoinhas/BA).

Gabriela Silva do Rego

Sou natural de Alagoinhas - Bahia, graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento cursando pós graduação em Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), na mesma instituição, e o despertar do meu interesse em pesquisar sobre masculinidade e saúde mental do homem se deu início após perceber, o adoecimento de homens do meu convívio, causado por esses fatores.

Gustavo Carneiro Ramos de Almeida

Graduando em Direito pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS)

Jeane Denise de Souza Menezes

Graduada em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (2003), mestre em Ciência de Alimentos pela Universidade Federal da Bahia (2009) e doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (2013) e Pós-Doutora pela Universidade Federal da Bahia (2015). Leciono as disciplinas Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Projeto de Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Graduação Interdisciplinar I e II na Faculdade Santíssimo Sacramento, coordeno o Grupo de Iniciação Científica intitulado “Gestão de Resíduos e Desenvolvimento Socioambiental”, sou Editora Chefe do e-book Cientíssimo. Possuo experiências nas áreas: Meio Ambiente, Sustentabilidade, Geoprocessamento e Biotecnologia, atuando principalmente nas temáticas: Geoprocessamento, Aproveitamento de Resíduos; Controle de Qualidade e Segurança de Alimentos; Bioprocessos e Bioprodutos.

Jhonatas Novais Silva

Graduando em Engenharia de Produção pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS), pesquisador do grupo de iniciação científica-PIBIC/FSSS, com estudo desenvolvido na linha de pesquisa: “Gestão de resíduos e desenvolvimento socioambiental”.

Lucas Castro Campos

Mestre de torra, classificador e degustador pelo Sindicato das Indústrias de Café do Estado de São Paulo (2017), mestre de torra e responsável pela Blenditta Torrefação de Cafés, LTDA.

Luiz Eduardo de Almeida Florêncio

Graduando em Direito pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS)

Nívea Maria Afonso Oliveira

Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssimo Sacramento.

Samai Alcira Cunha

Sou Mestre em Psicologia pela UFBA. Possuo graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (2003). Especialista em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt Terapia da Bahia. Psicóloga clínica, atua no atendimento à adultos. Docente do ensino superior desde 2006.

Uriel Celestino Santos

Sou original de Alagoinhas - Bahia, graduando em psicologia na Faculdade Santíssimo Sacramento, cursando pós-graduação em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) na mesma instituição. O meu interesse em estudos sobre a masculinidade e suas fragilidades se iniciou por precisar me desconstruir, para depois me reconstruir.

